

RELATÓRIO
COMISSÃO
DA
MEMÓRIA
E DA
VERDADE

UERN

**Membros da Comissão da Memória
e da Verdade**

Marcílio Lima Falcão
Presidente

Fábio Bentes Tavares de Melo
Francisco Ramos Neves
Jefferson Garrido de Araújo Neto
Patrícia Moreira de Menezes
Paulo Andrade de Lima Neto
Membros



X     /uernoficial

 portal.uern.br

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitora: **Cicília Raquel Maia Leite**

Vice-Reitor: **Francisco Dantas de Medeiros Neto**

Diretor da Editora Universitária da Uern (Eduern): **Francisco Fabiano de Freitas Mendes**

Chefe do Setor Executivo da Editora Universitária da Uern (Eduern): **Jacimária Fonseca de Medeiros**

Chefe do Setor de Editoração da Editora Universitária da Uern (Eduern): **Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins**

Conselho Editorial da Edições Uern: **Andreza Tacyana Félix Carvalho, Francisco Fabiano de Freitas Mendes, Franklin Roberto da Costa, Fernanda Abreu de Oliveira, Gleisson do Carmo Oliveira, Ismênia Gurgel Martins, Jacimária Fonseca de Medeiros, Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins, Maria Ione da Silva, Otoniel Fernandes da Silva Júnior, Patrícia Batista Barra, Kalidia Felipe de Lima Costa, Saulo Gomes Batista, Sérgio Luiz Pedrosa Silva**

Diagramação: **Priscila Krüger, Maria Luisa Machado Bezerra**

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

Relatório Comissão da Memória e da Verdade – Uern [recurso eletrônico]. / Fábio Bentes Tavares de Melo *et al.* (orgs.). – Mossoró, RN: Edições UERN, 2026.

178 p.

ISBN: 978-85-7621-596-7 (E-book).

1. Ditadura Militar Brasileira. 2. Memória e verdade. 3. Direitos humanos. 4. Comissão da verdade – Uern. I. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. II. Título.

UERN/BC

CDD 981

Bibliotecário: Aline Karoline da Silva Araújo CRB 15 / 783

Reitoria da Uern

Cecília Raquel Maia Leite
Reitora

Francisco Dantas de Medeiros Neto
Vice-Reitor

Janderson Dantas da Silva
Chefe de Gabinete

Membros da Comissão da Memória e da Verdade

Marcílio Lima Falcão
Presidente

Fábio Bentes Tavares de Melo
Francisco Ramos Neves
Jefferson Garrido de Araújo Neto
Patrícia Moreira de Menezes
Paulo Andrade de Lima Neto
Membros

Ângelo Emanuel Lopes Souza
Secretário

Josivan José da Silva
Bolsista

Mossoró, 2025

**A essência dos
Direitos Humanos é o
direito de ter direitos.
Hannah Arendt**

AGRADECIMENTO

Ao longo do processo de localização, seleção, leitura, análise e escrita deste relatório, muitas pessoas foram mobilizadas e mobilizaram esforços para o sucesso da Comissão da Memória e da Verdade da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Essas pessoas contribuíram para o êxito da averiguação das ações da Uern diante de sua comunidade acadêmica durante o período da Ditadura Militar brasileira. Os esforços foram no sentido de perceber (ou não) pressões políticas, vigilância, censura e repressão como formas de violação dos direitos humanos no âmbito da Universidade. A essas pessoas, nossos agradecimentos.

- Ao Ministério Público Federal;
- Ao Departamento de Filosofia/FAFIC;
- Aos/às narradores/as e colaboradores/as;
- Ao coordenador do Arquivo da Uern
- À Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – ADUern;
- Ao Sindicato dos Servidores Técnicos da Uern – SIN-TAUern;
- Ao Diretório Central dos Estudantes – DCE – Anatólia de Melo Alves;
- À Chefia de Gabinete da Reitoria da Uern;
- À Secretaria do Conselho Superior da Uern – CONSUNI.



CONTEÚDO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. A DOCUMENTAÇÃO ANALISADA	8
2.1 Serviço Nacional de Informação - SNI	8
2.2 Atas do Conselho Superior – CONSUNI	11
2.3 Atas da Associação dos Docentes da UERR – ADUern	13
2.4 Pastas Funcionais dos Servidores (1968-1985)	14
2.5 Relatos Orais	15
3. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	17
4. REFERÊNCIAS	19
5. ANEXOS	20

1. APRESENTAÇÃO

A criação de Comissões da Memória e da Verdade nas universidades brasileiras se efetiva como uma demanda do presente para conhecer, analisar, problematizar e propor reparações históricas imprescindíveis ao debate e ações práticas que tratam da defesa da cidadania e do fortalecimento da democracia.

Marcadas pela presença de forte aparato repressivo, preferencialmente o de vigilância, as universidades se transformaram em espaços privilegiados para a produção e circulação de informações para o Serviço Nacional de Informações (SNI) e base para prisões e cerceamentos de membros da comunidade acadêmica que fora vista como uma grande “inimiga da Ditadura”.

Mobilizados pela temática, no dia 02 de abril de 2025, o Ministério Público Federal (MPF) e a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais (FAFIC), por meio do Curso de Filosofia, realizaram uma audiência pública, no Auditório da FAFIC, sob a coordenação do procurador Emanuel Ferreira, para tratar dos “61 anos do Golpe Militar e os persistentes legados da Ditadura: a atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) na Uern e na Ufersa”.

Entre os diversos encaminhamentos da Audiência Pública, a criação de Comissões da memória e da verdade nestas instituições de ensino superior destacou-se pela urgência em analisar a documentação existente para averiguar possíveis violações dos direitos humanos nestas academias durante a ditadura civil-militar brasileira de 1964 a 1985.

Assim, mobilizados pela busca da efetivação do direito à memória e a verdade histórica, no dia 15 de abril de 2025, por meio da Portaria n. 34/2025-GR/Uern, a professora Dra. Cecília Raquel Maia Leite, reitora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, nomeava a Comissão da Memória e da Verdade na Uern. Na busca pela investigação das relações estabelecidas pela comunidade acadêmica da Uern durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, a comissão

dedicou-se ao mapeamento, análise e cruzamento dos documentos disponíveis nos arquivos da instituição.

Além da leitura do material do SNI, disponibilizado pelo MPF, foram selecionadas as fichas funcionais dos servidores (professores e técnicos administrativos), Atas do Conselho Universitário (CONSUNI), da Associação dos Docentes (ADUern) e documentos do Diretório Central dos e das Estudantes Anatólia de Melo Alves (DCE/Uern) do período de 1968 a 1985. Também foram organizadas entrevistas com lideranças estudantis, sindicais, professores/as e reitores que atuaram no período.

O resultado do trabalho da Comissão foi de verificar se a comunidade acadêmica havia sofrido algum tipo de violação de seus direitos como o cerceamento das liberdades individuais, sofrido agressões física, emocionais, perseguições no exercício da profissão como ser espionado pelo Sistema Nacional de Informação.

Após a leitura e análise cuidadosa, a Comissão produziu o presente relatório que será entregue à reitora da Uern para apreciação e possíveis encaminhamentos. Por fim, esperamos que os resultados do trabalho da Comissão seja disponibilizado à sociedade potiguar para que sirva de caminho às reflexões sobre a importância da democracia como sistema de governo e da necessidade de instrumentos eficazes para seu fortalecimento e proteção.

2. A DOCUMENTAÇÃO ANALISADA

Nesta seção será descrito o que foi encontrado nos documentos institucionais e um resumo dos relatos orais.

2.1 Serviço Nacional de Informação - SNI

No Brasil, particularmente no período de 1964 a 1985, as universidades se transformaram em lugares privilegiados ao exercício das formas de vigilância empreendidas pelos aparatos estatais sob a gestão dos militares no poder. Com uma estrutura capilarizada e contando com uma rede de informação, ancorada no mapeamento, registro e ações que se efetivavam em prisões e demissões, as universidades experienciaram um período marcado por um misto de autoritarismo e modernização que incidiu diretamente na produção e circulação do conhecimento científico (Motta, 2014, p.16).

Os impactos da experiência autoritária sentidos pela comunidade científica nacional marcaram a relação que esse passado mantém com o presente, especialmente, no que diz respeito à necessidade de conhecer, problematizar e propor reparações históricas para as pessoas que foram perseguidas no exercício de sua profissão. Essas perseguições, resultantes, em sua maioria, de posicionamentos políticos e ideológicos contrários ao projeto de nação imposto pelo golpe civil-militar de 1964, se constituíram em gravíssimos atentados aos direitos humanos e refletiram sua agressividade nas mortes por tortura e na censura aos meios de comunicação. O golpe de 1964 não foi somente um atentado ao governo de João Goulart, mas uma articulação que envolveu “civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia. Todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores” (Napolitano, 2014, p. 43-44)

Com a tomada do poder e instalação do governo militar, foi criada uma estrutura voltada aos inimigos dos militares. Para tal, fo-

ram criados e adaptados órgãos para viabilizar a espionagem. Com essa estrutura de informação, a Ditadura Civil-Militar, a partir de 1970, modelou o Sistema Nacional de Informações (SISNI), que contou como o Serviço Nacional de Informação (SNI) e suas ramificações como o principal aporte de alimentação do sistema (Fico, 2001, p. 75). A produção da informação era a força do sistema e funcionava a partir do recebimento de “informes, notícias, dados, esclarecimentos de qualquer questão considerada relevante” (Fico, 2001, p. 95).

Era esse o trabalho o que movia o funcionamento da “guerra” que os militares estavam travando contra aqueles que lutavam pelo retorno da ordem democrática. Da informação à conexão com os órgãos de segurança, o sistema funcionava a partir da premissa de todos poderiam ser vigiados, considerados “perigosos” e passíveis de entrarem na mira das “autoridades” encarregadas da captura, prisão e tortura. Esse modus operandi marcou profundamente o cotidiano da vida nacional, singularmente o da imprensa, tanto àquela que durante toda a produção da crise do Governo Goulart apoiou os interesses golpistas quanto aos jornais e revistas que expressavam projetos direcionados às ideias comunistas.

Censurada, de forma prévia, a partir de 1968, a imprensa se viu diante do aparelho repressor do Estado e, por meio de estratégias editoriais, produziu formas de expressar seu descontentamento com a censura imposta pelo Ato Institucional n. 5. O “caráter multifacetado e não-aleatório da censura prévia” mostra o quanto a dimensão política de censura torna possível entender a relação que o aparelho repressor mantém com a informação e como isso influencia na produção e circulação das notícias que convém aos militares no poder (Aquino, p. 1999, p. 205).

Ao enfrentamento da radicalização da repressão, a resistência se efetivou na busca pelo restabelecimento da ordem democrática, levando os movimentos sociais, agremiações políticas, associações de docentes e os estudantes brasileiros a travarem importante luta ao autoritarismo empreendido pelo Estado. Dessa luta, muitos foram presos e assassinados em operações como a Bandeirantes, Condor e Radar ou nos confrontos na guerrilha urbana e do Araguaia. Em todos esses momentos, o Estado Brasileiro atuou de forma violenta e cometeu seríssimos atentados aos direitos humanos.

Nesse contexto, as universidades federais e algumas universidades estaduais brasileiras presenciaram a instalação das Assessorias Especiais de Segurança e Informações (ASI) que contavam tanto com militares como civis em suas direções. Subordinadas aos reitores, as ASIs eram responsáveis pelo mapeamento das ações políticas da comunidade acadêmica sendo que as informações coletadas para ampliar o sistema de informações (Motta, 2014, p.1999).

Essas assessorias faziam parte da grande engrenagem do Sistema Nacional de Informações e mobilizava os chamados “espões dos campi” para realizarem as escutas e coletarem informações a serem tratadas ao longo do processo de construção das decisões que alimentavam as estratégias da “guerra contra os inimigos da Ditadura”.

Foi por esse caminho que o SNI fez parte do cotidiano das Universidades brasileiras a medida que sua estrutura alimentava os

arquivos com informações das mais variadas formas sobre os acadêmicos e a vida acadêmica. Por meio da vigilância da produção e circulação dos saberes resultantes das pesquisas, do ensino, extensão e eventos realizados no interior da academia, o ethos da Comunidade de Informação se efetivava em sua capilaridade e objetividade, mesmo que as informações fossem, em certa medida, de baixa confiabilidade. O importante era que o sistema de vigilância funcionasse como um mobilizador da vigilância permanente e que estivesse conectada com os interesses dos militares em sua busca pela produção e caça ao inimigo.

No que diz respeito ao inimigo URRN, posteriormente Uern, o MPF constatou ter havido “relevante atuação da espionagem” (Representação do MPF, p. 1) em Mossoró, na URRN e ESAM, entendendo assim por necessitar haver apuração nestas instituições fim de expor a atuação intimidatória do SNI (Serviço Nacional de Investigação).

Investigar o passado e o ressignificar à luz de fundamentos atuais do Estado Democrático de Direito, fulcrado na dignidade humana é dever das instituições e conduta crucial para promoção de reparações, mesmo que simbólicas.

Nos documentos acostados na Representação do MPF (Ref. Procedimento preparatório nº 1.28.100.000206/2024-51) vê-se que o SNI, quanto à URRN, esteve interessado em vigiar e descrever os eventos acadêmicos, com destaque para a V Semana de Filosofia do Rio Grande do Norte (ocorrida de 01 a 05 de maio de 1984) e o monitoramento do professor João Batista Xavier.

A fim de aprofundar o foco do SNI ao vigiar os eventos, serão resumidos nesta contextualização alguns dos destaques do Relatório detalhado sobre o evento supracitado. Primeiramente, indicam local, todos os participantes (entidades e comissão coordenadora) e quantidade de pessoas que participaram (aproximadamente 500). Passam a reduzir a termo as falas dos oradores. Sempre destacam as críticas ao Governo, defesas de autores como Marx, Lenin e Paulo Freire, luta contra o atual regime autoritário, incluindo luta contra o imperialismo dos EUA.

Da fala do Monsenhor Vespúcio destacam a Semana de Filosofia como um estado de purificação. Já do orador Paulo Caetano Davi (vereador) sobressai a luta contra o sistema de Governo atual e a favor do Estado democrático e eleições diretas. José Chasin e Antonio Capistrano (ambos professores), registros curtos sobre suas falas pela emancipação do homem e crítica ao salário dos professores. Fala mais salientada foi a do professor João Batista Xavier, que encerrou a solenidade de abertura. Registro às críticas ao capitalismo e autoritarismo, influências estrangeiras e a necessidade de união de todas as tendências ideológicas na luta operária. A irmã Clara afirmou o papel das Comunidades Eclesiais de Base na construção de sociedade mais justa. Registradas as críticas aos projetos do Governo (Usinas e Transamazônica) e a defesa da teoria marxista e do socialismo. Do professor Hermano Machado houve o relato do tratamento de algumas obras que fomentam o aprendizado da filosofia com base festas e manifestações culturais. Descreveram em seguida um ato público pela paz, com mais registros das falas do professor João Batista Xavier. Ainda destacaram as falas sobre o estado atual da América Latina e as críticas ao Governo norte-americano quanto à opressão do-

minação do FMI. Citam documentário assistido, cartazes e panfletos distribuídos o auditório onde ocorreu o Ato Público. No dia 3 de maio, registram a fala do professor Admardo Serafim de Oliveira em defesa de Paulo Freire e do receio de perder o emprego por esta razão. Registram no relatório mesa redonda sobre análise marxista e teologia. No auditório do Epílogo de Campos descreveram as críticas à religião feita pelo professor José Chasin em sua palestra. Abrem aspas para citar uma fala do professor: “não haverá democracia no BRASIL com os comunistas na clandestinidade e sem sua legalização”, em sua defesa da legalização do PCB. Da fala do professor Giuseppe Stacconi sobre Marx e Gramsci registram a compreensão de que não são antagônicos e sua crítica à opressão religiosa. Que a alienação vem pelo patrão e também pela religião. Em mais uma mesa redonda que envolve religião são salientadas as falas em favor do ateísmo. No dia 5 de maio o professor João Pedro Aguiar inicia a manhã falando sobre o mundo dos pentecostais, da importância de seus intelectuais e da mobilização das massas. Culpa os Governos pelas pessoas morarem em lugares precários e que os pentecostais não são favoráveis a esta situação. Registram que o professor defende o socialismo como ideal de governo. Em mais uma mesa redonda, com tema sobre socialismo e religião, registros de falas pro socialismo e críticas à ditadura. Salientam a fala sobre a situação favorável no Brasil de pessoas indo às ruas a fim de pedir por mudanças (eleições diretas). Ainda de sua fala destacam a defesa da aceitação pelos partidos comunistas da religião e seu papel junto à classe oprimida. Na fala do prefeito da cidade de Janduí/RN, salientam o elogio à União Soviética como laboratório do socialismo e que a maioria dos católicos no Brasil quer o socialismo. Em sequência, na fala do Bispo da Diocese de Mossoró (Dom José Freire de Oliveira Neto) há o destaque da leitura de documento com críticas à situação política e econômica do Brasil, concluindo com um pedido de reforma política pelas Diretas Já. Por fim, encerram o Relatório com a fala do professor João Batista Xavier. Anexam o documento (Manifesto de solidariedade ao povo da América Central e Caribe) e panfletos distribuídos (Nosso povo caminha dia a dia prá o terceiro conflito mundial e Legalidade para o PCB).

O detalhamento no Relatório do evento quanto às participações e falas, apresenta-se como um documento que lança luzes sobre quais temas e pessoas da comunidade mereciam atenção para vigilância a fim de promover suas perseguições.

Dessa forma, as universidades, enquanto espaço da produção do conhecimento e da liberdade, conviveram com um misto de modernização e conservadorismo em um tempo marcado por perseguições, censura e tortura que deixaram como marcas as graves violações dos direitos humanos e a necessidade de problematizá-las como meio para a efetivação da consciência histórica como busca de valorização da história como forma de orientação no tempo.

2.2 Atas do Conselho Superior – CONSUNI

A Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte – FURRN, criada pela Lei Municipal n. 20/68, de 28 de setembro de 1968, pode ser considerada um empreendimento das autoridades políticas mossoroenses capitaneadas pela Família Rosado em plena Ditadura Militar. Seu primeiro reitor, professor João Batista Cascudo

Rodrigues, foi aluno e professor da Escola Superior de Guerra (ESG) o que evidencia as aproximações com os militares.

Entre os desafios do primeiro reitorado estavam a criação do Estatuto da FURRN e a estruturação da administração universitária e acadêmica, como bem aponta a Ata da Primeira Sessão Extraordinária do Conselho Universitário (CONSUNI), realizada no dia 10 de janeiro de 1969, ao apresentar a preocupação em ajustar a universidade aos ditames da reforma universitária de 1968 que instituiu o regime departamental e institucionalizou a carreira acadêmica.

Internamente, a reestruturação passou pela transformação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Faculdade de Educação, Instituto de Ciências Humanas (ICH) e o Instituto de Letras e Artes (ILA). Além dessa reconfiguração administrativa, as movimentações internas do Conselho Superior Universitário (CONSUNI) também evidenciam a necessidade da autonomia administrativa, especialmente, no funcionamento dos conselhos superiores - CONSUNI e CURADOR.

Junto a esses debates, o Conselho Superior também tratava das eleições para a representação estudantil que, regulados pelo Decreto-Lei n. 228/67, de 28 de fevereiro de 1967, determinava a obrigatoriedade do voto estudantil e a não participação na direção do Diretório Central dos Estudantes (DCE) para os ingressantes.

Ao controlar todo o processo eleitoral, o CONSUNI instituíam e organizava a comissão eleitoral, que por sua vez, determinava o cronograma das atividades para a realização do processo de escola da entidade estudantil.

Em certos momentos o processo não era tão tranquilo. Um exemplo foi a eleição do DCE de 1976 quando os estudantes Carlos Alberto Lima Filgueira e João Lima Rocha Neto entraram com solicitação de revisão do indeferimento de suas candidaturas. Ao apreciar a pauta na reunião de 11 de julho, os conselheiros decidiram acatar o pedido dos estudantes e abrir consulta à Comissão de Legislação do CONSUNI. Tal situação levou a renúncia do professor Francisco Carlos Rodrigues Santos do cargo de presidente da comissão eleitoral para a escolha dos representantes estudantis.

Vale salientar que o CONSUNI também instituíam comissão para fiscalizar, analisar e aprovar as movimentações financeiras da entidade estudantil.

Para além das preocupações em seguir a legislação que buscava regular as atividades estudantis, as atas das reuniões do Conselho Superior também evidenciam toda a movimentação e estratégias para modernizar as discussões sobre organização curricular, estruturas administrativas departamentais, realização de convênios para a criação de faculdades, como foi o caso dos acordos com a Universidade Federal do Ceará (UFC) para a criação da Faculdade de Ciências Exatas, ou o convênio com o MEC/USAID para a criação dos cursos de Administração e Economia.

Junto às demandas direcionadas às atividades didático-acadêmicas e administrativas, o CONSUNI também pautava a escolha de títulos honoríficos e representações, especialmente o paraninfo, para as colações do grau das turmas da URRN. Nas atas das reuniões que

foram analisadas, esses títulos eram, em sua maioria, concedidos às autoridades governamentais como Ministros de Estado, Deputados, Prefeitos e Presidente da República, como foi o caso da cerimônia de 1971 que escolheu o general Emílio Garrastazu Médici, Presidente da República, como paraninfo.

As estratégias para o controle das ações estudantis também estavam direcionadas à emissão de documentos com a carteira de estudante, evidenciada na pauta da reunião do CONSUNI do dia 09 de abril de 1971.

Outras temáticas que pareciam nas reuniões correspondiam ao crescimento da universidade. A proposição de criação dos campus avançados em Pau dos Ferros, Assú e Patu voltavam-se a capilarização do ensino superior no interior do Rio Grande do Norte e apontavam para o aumento dos compromissos entre a entidade de fomento (Prefeitura Municipal de Mossoró), o Governo do Estado e o Ministério da Educação.

A expansão das atividades da URRN e as condições financeiras da universidade eram temas recorrentes ao exercício da reitoria. Em diversos momentos os/às reitores/as buscavam outras fontes de recursos para viabilizar a manutenção da folha de pagamentos e das bolsas de estudos.

Outro ponto relevante que aparece no período analisado, diz respeito as mudanças na legislação como o estatuto das residências universitárias e da própria URRN, esta última proposição da Associação dos Docentes (ADFURRN) que entrou na pauta do CONSUNI na reunião de 21 de novembro de 1984.

Diante das leituras realizadas nas 141 atas do Conselho Superior da URRN, verificou-se que a atuação do conselho foi direcionada ao cumprimento da legislação proposta pelo MEC, da busca pela sustentabilidade financeira e da manutenção de um certo grau de controle das atividades estudantis, especialmente, o Diretório Central dos Estudantes. Assim, não aparece na documentação analisada nenhum indício que leve a nomeação de reitores pro tempore, de pressões sobre os conselhos superiores por conta de questões político-ideológicas, nem de proposição, instalação ou estruturação de instrumentos de vigilância por parte da universidade, de sua entidade mantenedora ou dos órgãos de vigilância e repressão do regime Militar, como foi o caso, segundo o historiador Rodrigo Patto Sá (2014,p.197), da instalação das Assessorias de Vigilância e Informações (ASI) nas universidades federais e em universidades estaduais, como na Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Universidade Estadual de Londrina (UEL).

2.3 Atas da Associação dos Docentes da UERR – ADUern

Foram analisadas 15 (quinze) atas redigidas em livro específico para registro manuais das assembleias da associação. A primeira data de 11/09/1980, que trata da fundação da ADFURRN e segue nas seguintes datas: 24/06/1983 – 08/08q1983 – 01/11/1983 – 10/11/1983 – 13/02/1984 – 20/02/1984 – 23/03/1984 – 06/05/1985 – 05/07/1985 – 05/08/1985 – 03/10/1985 – 14/10/1985 – 28/10/1985 e a última em 08/11/1985. Em linhas gerais, as assembleias tinham poucas partici-

pações e em quase todas consta o registro da presença do reitor e em algumas delas cita a participação de algumas personalidades da cidade de Mossoró. Mas em nenhuma delas há menções de perseguição ou problemas envolvendo os militares ou o regime militar que comandava o país. Os temas abordados eram restritos aos problemas da FURRN, como atraso no pagamento de salários, matrículas, estadualização etc. Em alguns momentos houve falas que se referiam aos governos militares, mas a preocupação era para que os docentes se unissem ao sindicato contra o regime. Portanto, no que se refere a análise das atas da ADFURRN, não se tem registro de nenhum problema com o regime e o governo militar de 1980 a 1985.

2.4 Pastas Funcionais dos Servidores (1968-1985)

A documentação que foi disponibilizada pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte referente aos/às servidores/as (professores, professoras, vigilantes, datilógrafos, técnicos administrativos, jardineiros, motoristas e supervisores) que atuaram no período de 1968 a 1985 foi de 302 pastas funcionais que apresentavam informações pessoais e a trajetória profissional, baseada em condições de trabalho mediadas por contratos anuais.

Pela documentação, percebe-se que a universidade foi construindo sua estrutura acadêmico-administrativa e a profissionalização de seu corpo docente e técnico em momentos concomitantes e que podem ser vislumbrados nas singularidades que as pastas de seus servidores apresentam. Essas relações de trabalho refletem, em certa medida, o contexto do “milagre econômico”, suas correlações e impactos para a vida dos trabalhadores.

A composição do quadro docente variava, consideravelmente, por conta da instabilidade da condição financeira da universidade, marcada pelas dificuldades financeiras. Com baixos salários e constantes atrasos, as desistências no decorrer dos semestres letivos eram comuns. Concursos, empregos na iniciativa privada e mudança de endereço aparecem como as principais justificativas dos pedidos de exoneração. Em algumas fichas da década de 1970, finalizadas com a data de admissão e rescisão do/a servidor/a, não aparecem as justificativas da finalização do vínculo empregatício. A situação desses servidores foi esclarecida, em certa medida, na segunda metade da década de 1980 quando os mesmos solicitaram reingresso por conta da possibilidade de estadualização da universidade. No período, a reitoria da URRN criou a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) para avaliar os processos de servidores que tinham trabalhado na universidade no regime de contratos anuais. A comissão era composta pelas professoras Maria das Neves Gurgel de Oliveira Costa (presidente), Iara Maria Linhares, Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, os professores Luiz Carlos de Mendonça Martins, Lúcio Ney de Souza, Felipe Caetano de Oliveira e o discente Raimundo Geilson Carlos de Araújo.

Nos pedidos analisados, disponíveis nas pastas funcionais, verificou-se que a CPPD utilizou o argumento de que os servidores haviam abandonado o emprego, decidindo, então, em não acatar a solicitação de reingresso destas solicitações ao quadro de servidores da URRN.

Documentos como licenças para saúde, qualificação profissional, férias, pedidos de progressão de nível, solicitações para ministrar novos componentes curriculares, certificados de cursos de aperfeiçoamento, diplomas acadêmicos e planilhas com os valores salariais também fazem parte das fichas funcionais e revelam singularidades das formas de trabalho e das relações que a universidade mantinha com seus servidores.

Para além dessa situação, ficou claro que um dos grandes desafios da universidade era estabelecer um quadro funcional qualificado e direcionado às atividades acadêmicas. A dificuldade financeira era o principal obstáculo encontrado pela gestão da universidade para manter quadros qualificados ou qualificar o colegiado. Buscava-se, por meio diversos, recursos para a folha de pagamento e pequenos investimentos para melhorar a estrutura física dos equipamentos de uso comum da comunidade acadêmica.

Diante da análise das fichas funcionais, observou-se que em nenhum dos casos de exoneração ou quebra de contrato de trabalho os motivos estiveram relacionados à perseguição política ou relacionados ao sistema de vigilância ou aos órgãos de repressão da Ditadura Militar.

2.5 Relatos Orais

O uso da História Oral como metodologia para a reflexão sobre as trajetórias da classe trabalhadora em contextos políticos marcados pela presença de aparatos repressivos, típicos de governos ditatoriais, é uma constante na produção e circulação de saberes que ultrapassam os documentos escritos. Essa democratização, além de visibilizar narrativas consideradas marginais, torna possível a agência de pessoas que experienciaram as tramas e os dramas da repressão e da tortura em contextos ditatoriais.

Desses relatos orais emergem memórias que remetem à pessoas, lugares, temporalidades e instituições cujos indícios apontam para um passado que insiste em não passar e que mobiliza o presente em suas correlações temporais e demandas sociais e políticas.

Como um ausente, o passado nos instiga à reflexão sobre a função e a dimensão política dos documentos. Sua importância consiste na evidência de que todo documento é resultado de práticas, de interesses e seleções que, ao serem perscrutados, podem expressar leituras sobre contextuais e sobre os eventos que trazem como objeto. É por isso que o uso de vários tipos de documentos, além de exigir um cuidado metodológico e procedimental, requer estratégias eficazes ao entendimento do corpus documental para a produção do conhecimento histórico.

No caso da Comissão da Memória e da Verdade da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, foram analisados documentos escritos e relatos orais de pessoas que vivenciaram o contexto da ditadura militar como comunidade acadêmica. Foram selecionadas nove pessoas que atuaram no momento estudantil, associação dos docentes, como professores e na gestão universitária.

As entrevistas aconteceram nos meses de julho a outubro de

2025. Destas, foram entrevistados três mulheres e seis homens. As mulheres atuaram na mobilização do movimento estudantil e ocuparam cargos no Diretório Central dos Estudantes (DCE). Dos seis homens, três presidiram o DCE nas décadas de 1970 e 1980, dois foram lideranças do movimento docente na década de 1980 e um foi reitor no período de março a junho de 1983.

Em seus relatos, as lideranças estudantis apontaram que a situação financeira da universidade era um dos principais problemas, uma vez que a universidade cobrava mensalidade dos estudantes. Quando a situação ficava crítica e as mensalidades aumentavam, os estudantes realizavam mobilizações para reduzir os custos. Entre essas mobilizações, a que mais surtira efeito era a paralisação das aulas com debates sobre o custo das mensalidades e melhorias na estrutura da universidade.

A situação relatada aponta para a existência do crédito estudantil, no entanto, nem todos tinham acesso a esse crédito. Para os narradores a situação financeira dos alunos e as condições de funcionamento da universidade eram os fatores que mais mobilizaram a luta pela estadualização na segunda metade da década de 1980.

Os narradores docentes apontaram que as dificuldades financeiras eram constantes e que atrapalhavam a construção da profissionalização docente. Apontaram também os desafios iniciais das lutas pela melhoria das condições de trabalho, permanência na universidade e melhorias estruturais para a comunidade acadêmica.

Quanto à relação entre Prefeitura Municipal de Mossoró, Reitoria e Associação Docente, as lideranças sindicais revelaram que no período sabiam dos desafios que a classe trabalhadora enfrentava tanto nas fábricas como nas universidades, mas que desconheciam qualquer implantação de aparelhos de vigilância pelos órgãos de repressão da Ditadura Militar.

Nessa mesma direção, o único entrevistado que foi reitor relatou que durante sua gestão não houve mobilização da instituição mantenedora, nem de quaisquer órgãos do governo voltado ao sistema de vigilância. Informou que as demandas de seu reitorado estavam associadas à crise financeira e as mudanças estruturais que a universidade precisava e que poderiam ser conquistadas com a estadualização da instituição.

Diferentemente dos relatos dos docentes, duas lideranças estudantis informaram que ouviam falar que o Sistema Nacional de Informações possuía agentes que faziam a vigilância nos espaços de atuação do movimento, mas não conseguiam identificar os envolvidos, nem possíveis locais de atuação. Deixaram evidente que não conheciam nenhum indício de possíveis uso de espaços da universidade para o serviço de espionagem, mas sabiam dos impactos que as Semanas de Filosofia promoviam em suas discussões sobre a vida política e social do país.

3. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Durante os oito meses de vigência da Comissão da Memória e da Verdade da Uern, foi possível cartografar uma série de documentos, na maioria das vezes, espalhados e não arquivados corretamente. Essa documentação expressa as leituras dos conselhos superiores, do movimento docente e das condições de vida e trabalho acadêmico de grande parte dos servidores que aturam na antiga Universidade Regional do Rio Grande do Norte (URRN) desde o final da década de 1960 a 1985.

Ao problematizar as leituras realizadas nesses documentos, a Comissão verificou a não existência de instalações dos instrumentos de vigilância ou espionagem direcionados à comunidade acadêmica nos espaços físicos da universidade. No entanto, foi verificado que na documentação referente a atuação do SNI em Mossoró, encaminhada pelo Ministério Público Federal à Uern, uma vigilância sobre as Semanas de Filosofia coordenadas pelo professor João Batista Xavier na primeira metade da década de 1980. Os relatórios apontam a programação do evento, as temáticas abordadas e o espaço e o contexto em que ocorriam as discussões. Esse material revela que nos momentos finais da abertura política e nos encaminhamentos para a redemocratização o discurso de que o processo seria “lento, seguro e gradual” se configura como uma estratégia de manter um determinado controle para além do processo político e de “realizar a voltar organizadas aos quartéis, enquanto o regime ainda tinha prestígio e alguma força criativa” (Silva, 2013, p.262). Para além dos indícios deixados ao longo do processo, aprecem em diversos documentos do período da transição, tentativas de manutenção do poder que geraram lutas dos movimentos sociais contra a institucionalidade autoritária e em defesa de uma abertura e redemocratização pautadas no respeito à cidadania e aos direitos humanos.

Diante dessas reflexões, a Comissão da Memória e da Verdade da Uern aponta as seguintes recomendações à gestão da universidade:

- a) Mapeamento e organização da documentação da universidade referente ao período de 1968 a 1985;
- b) Incentivo à pesquisa, realização de eventos e publicações pela EDUern dos estudos sobre a Ditadura Militar brasileira;
- c) Criação e instalação de placas e marcos temporais sobre a atuação da comunidade acadêmica da Uern durante a Ditadura Militar brasileira;
- d) Reparação histórica, de forma simbólica, para as lideranças docentes e estudantis que aturam na universidade durante o recorte temporal analisado pela Comissão da Memória e da Verdade da Uern; sendo uma recomendação específica de reparação, mesmo que simbólica, ao professor João Batista Xavier.

4. REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)** – o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru, SP: Edusc, 1999.

FICO, Carlos. **Como eles agiam - os subterrâneos da Ditadura Militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. 1 ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. (org). **O Brasil Republicano**, v. 4 – O Tempo da Ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

5. ANEXOS



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MOSSORO-RN
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/MOSSORO**

Ofício nº 110/2024/GAB/EMF/PRM/Mossoró Mossoró/RN, data da assinatura eletrônica

A Sua Magnificência a Senhora

CICÍLIA RAQUEL MAIA LEITE

Reitora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Rua Almino Afonso, 478, Centro

Mossoró/RN – CEP: 59610-210

Ref.: Procedimento Preparatório nº 1.28.100.000206/2024-51

Senhora Reitora,

Cumprimentando-a cordialmente e a fim de instruir o procedimento em epígrafe, em trâmite nesta Procuradoria da República, encaminho-lhe a documentação em anexo, para que tome ciência da instauração de procedimento no MPF para apurar os fatos narrados, bem como sejam científicas as chefias dos Departamentos de História e de Filosofia da Universidade.

REQUISITO, ainda, com base no art. 8º, II, da LC 75/93, que informe, com auxílio dos citados Departamentos:

i) se tinha conhecimento que a instituição foi alvo do SNI durante a ditadura militar e qual(is) a(s) eventual(is) medida(s) adotada(s);

ii) se há/houve alguma pesquisa específica realizada pela Universidade acerca da atuação do SNI em Mossoró/RN, devendo, em caso afirmativo, prestar os esclarecimentos que entender pertinentes e encaminhar a documentação respectiva;

iii) se possui documentos ou registros relacionados à V Semana de Filosofia do

Rio Grande do Norte, ocorrida entre 01 e 05 de maio de 1984 em Mossoró/RN, tais como palestrantes presentes, lista de pessoas participantes, folhas de frequência, inscrições deferidas etc. Em caso positivo, que encaminhe as respectivas cópias; e

iv) se o Sr. João Batista Xavier, mencionado na documentação em anexo, foi professor de Filosofia e Estudos Sociais da então Universidade Regional do Rio Grande do Norte (URRN) e, posteriormente, da UERN. Em tendo sido, que encaminhe, caso exista, cópia de todos os registros de seu assentamento funcional e eventuais contatos pessoais.

Para tanto, assinalo prazo de **30 (trinta) dias**, a contar do recebimento deste expediente e solicito que, na resposta, seja feita referência ao número do ofício e do procedimento em epígrafe.

Nos termos da Portaria PGR/MPF 1.213/2018, as informações ora requisitadas deverão ser enviadas via Peticionamento Eletrônico do MPF. Para isso, acesse o link **peticionamento.mpf.mp.br** e siga as instruções.

Atenciosamente,

EMANUEL DE MELO FERREIRA

Procurador da República

Assinado com login e senha por EMANUEL DE MELO FERREIRA, em 09/08/2024 08:16. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 1ae4c42d149dec243c6b20a3b.d846d24f



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ**

- III) A situação política em Mossoró também foi alvo da inteligência ditatorial, tendo a Informação nº 2519 de 30 de novembro de 1983⁴ detalhado o cenário político local.
- IV) O monitoramento de greves de estudante da ESAM também foi alvo do serviço de inteligência, como ocorreu em 14 de junho de 1985, através do informe n. 078/10/DSI/MEC/85⁵;
- V) De acordo com a informação n. 170/1970, o SNI repercutiu a prisão de Ricardo Torres de Carvalho, Jonas Rufino de Paiva, Francisco Aurélio de Araújo, Lourival Alves da Silva e José Henrique da Fé efetivada pela polícia da cidade de Mossoró em 1º de maio de 1970, tendo em vista que eles estavam distribuindo panfletos considerados “subversivos”. Na avaliação do órgão: “Estão os subversivos dispostos a tudo e procura solapar a ordem pública e induzir o povo contra a lei e os poderes constituídos”⁶, mesmo em se tratando de exercício não violento da liberdade de reunião e manifestação;
- VI) Finalmente, através da ARE ACE 4771/83⁷ de 26 de maio de 1983, constatou-se novo interesse do SNI pela “Semana de Filosofia do Rio Grande do Norte”, perante a qual “tem comparecido elementos de diversas organizações esquerdistas”, tendo o órgão monitorado João Batista Xavier, Professor de Filosofia e Estudos Sociais da então URRN, buscando obter a qualificação e outros dados do referido docente.

Essa pequena lista não exaustiva aponta para uma série de atos de espionagem levados a cabo pelo regime autoritário que merecem ser alvo de investigação por parte do MPF.

⁴ Em anexo.

⁵ Em anexo.

⁶ Em anexo.

⁷ Disponível em: http://imagem.siuin.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/III/83004771/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_83004771_d0001de0001.pdf. Acessado em: 05 de agosto de 2024.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ**

2. A responsabilidade da União – ofensa ao regime democrático e ao direito à memória e à verdade – atuação do SNI como instrumento para prática de crimes contra a humanidade – os abusos da atual ABIN como consequência do não enfrentamento do passado autoritário

A atuação intimidatória do SNI não pode ser minimizada, merecendo séria análise por parte do MPF no contexto da Justiça de Transição. Acerca do direito à memória e à verdade, é certo que ambos estão relacionados no contexto das tarefas a serem desempenhadas pela Justiça de Transição. O direito à verdade apresenta um âmbito mais saliente voltado para a investigação de um passado autoritário, identificando-se as graves violações de direitos humanos cometidas e buscando responsabilizar aqueles que praticaram crimes contra a humanidade⁸.

O direito à memória, por sua vez, busca: a) **relembrar tais fatos, ressignificando-os para que reparações simbólicas** ou efetivas sejam levadas a cabo na expectativa da não repetição do autoritarismo; b) conferir maior respeito à memória das próprias vítimas da ditadura, a partir do próprio testemunho destas acerca das violências sofridas⁹. É nesse contexto que se deve discutir a política de anistia no Brasil, com evidentes reflexos ainda hoje, seja diante da ADPF 153, sejam no contexto das discussões acerca da punição dos golpistas do 08 de janeiro de 2023. Essa discussão passa pela concepção de uma anistia como esquecimento **ou, por outro lado, como “dever de memória”**¹⁰.

Com a redemocratização, diversos estudos fundamentaram notáveis práticas políticas em torno da **Justiça de Transição**, buscando-se desenvolver no Brasil uma cultura democrática que superasse o passado militar autoritário, fundamentando-se

⁸ SILVA FILHO, José Carlos Moreira. **Justiça de transição** – da ditadura civil-militar ao debate justransicional. Direito à memória e à verdade e os caminhos da reparação e da anistia no Brasil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015, p. 51.

⁹ SILVA FILHO, José Carlos Moreira. **Justiça de transição** – da ditadura civil-militar ao debate justransicional. Direito à memória e à verdade e os caminhos da reparação e da anistia no Brasil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015, p. 51-52.

¹⁰ SILVA FILHO, José Carlos Moreira. **Justiça de transição** – da ditadura civil-militar ao debate justransicional. Direito à memória e à verdade e os caminhos da reparação e da anistia no Brasil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015, p. 52.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ**

constitucionalmente o direito à memória e à verdade a partir: a) da caracterização da República Federativa do Brasil como regime democrático, nos termos do artigo 1º da Constituição de 1988; b) da garantia aos direitos dos perseguidos políticos, nos termos do artigo 8º do ato das disposições constitucionais transitórias, qual, ainda, expressamente caracteriza a ditadura militar como regime de exceção; c) do direito de petição, com a prerrogativa em torno da obtenção de informações dos órgãos públicos, nos termos do art. 5º, XXXIII da Constituição;

No âmbito **infraconstitucional**, o Estado brasileiro reconheceu a necessidade de concretizar os direitos dos anistiados políticos, os quais compunham grupo perseguido politicamente durante a ditadura, fazendo com que instituições como a Comissão de Anistia¹¹, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos¹² e a Comissão Nacional da Verdade¹³ fossem criadas e trabalhassem em prol do direito à memória e à verdade.

Assim, é necessário recorrer às diversas fontes existentes no sistema jurídico brasileiro que apontam, com segurança, que o regime de exceção em questão tinha características, efetivamente, não-democráticas. Nesse sentido, destaca-se o papel da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e os trabalhos da Comissão Especial sobre Mortes e Desaparecidos Políticos (CEMDP), ambas criadas por lei, bem como os precedentes internacionais a esse respeito. **Excelência, não deveria ser necessário, passados quase 35 anos da promulgação da Constituição de 1988, rememorar muitos dos fatos ora elencados. No entanto, condutas como a do réu demonstram como o passado autoritário ainda é bastante presente, merecendo exemplar repúdio do poder civil.**

Nessa linha, verifica-se que a CNV foi criada pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, com a finalidade de esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas no período fixado no art. 8º do ADCT da Constituição de 1988, nos termos do respectivo art. 1º. Percebe-se, assim, que o intuito da Comissão era de constituir um documento oficial capaz de descrever e comprovar, nos limites das

¹¹ Lei nº 10.559/2002

¹² Lei nº 9.140/95

¹³ Lei nº 12.528/2011



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

investigações efetivadas, a realidade fática ocorrida entre 18 de setembro de 1946 e a data da promulgação da Constituição, 5 de outubro de 1988. Com isso, ter-se-ia um documento oficial capaz de contribuir para a reconstrução histórica das graves violações de direitos humanos que aconteceram nesse marco temporal, a fim de garantir sua não repetição e a promoção de uma efetiva reconciliação nacional, nos termos do art. 3º, VI da lei.

É importante compreender em que consiste a CNV e como seu trabalho foi efetivado de modo a garantir a imparcialidade. Nesse sentido, tal comissão foi formada por sete membros, indicados pelo Presidente da República. As pessoas indicadas deviam ser atores reconhecidamente comprometidos com o regime democrático e que não ocupavam cargo em comissão ou funções de confiança na administração pública, além de não ocuparem cargos executivos em partidos, de acordo com o art. 2º da lei que instituiu a CNV. Além disso, foram garantidos aos membros da comissão poderes instrutórios não voltados para qualquer caráter jurisdicional ou persecutório, que, assim, apenas possibilitavam a coleta de depoimentos, a realização de audiências públicas, a requisição de documentos, inclusive sigilosos, e a elaboração de perícias, nos termos do art. 4º da legislação pertinente. Além disso, os trabalhos da Comissão gozaram de legitimidade junto aos familiares das vítimas dos regimes de exceção, os quais teceram críticas à condução inicial do processo de reconstrução. A CNV, inclusive, aceitou muitas das sugestões efetivadas nesse contexto.

Já o trabalho da CEMDP insere-se em um contexto de reconhecimento inicial do Estado brasileiro quanto à sua responsabilidade pelas graves violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura militar. Esse reconhecimento foi positivado como conduta oficial a partir da edição da Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995, cujo art. 1º admitiu “como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988”.

Tal lei, em seu art. 4º, admite a ocorrência de: a) torturas e desaparecimentos em instituições oficiais durante o período militar; b) repressão policial diante de manifestações públicas, incluindo conflitos armados com agentes do poder público; c)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

ocorrência de suicídios como decorrência das torturas sofridas ou em face da iminência da prisão.

O trabalho realizado pela CEMDP foi posteriormente divulgado em publicação oficial, na qual o Estado brasileiro reconhece, logo na apresentação do texto, que é necessário conhecer o passado do Brasil para que haja avanço no respeito aos direitos humanos, admitindo que a “violência, que ainda hoje assusta o País como ameaça ao impulso de crescimento e de inclusão social em curso deita raízes em nosso passado escravista e paga tributo às duas ditaduras do século 20”¹⁴. Nessa publicação oficial, também constava a indicação de uma crença na aparente consolidação democrática brasileira, que levava em conta os avanços vivenciados nos últimos vinte anos, sem, no entanto, olvidar dos obstáculos ainda existentes para a concretização do direito de os familiares das vítimas enterrarem os próprios mortos.

Na lei que instituiu a CEMDP, constam os nomes de 136 pessoas desaparecidas durante a ditadura militar. Até 2006, somavam-se 339 casos tratados perante a CEMDP¹⁵. Uma das principais conquistas com a edição dessa lei e com a publicação dos trabalhos da comissão foi a de afastar as versões falsas acerca de “fugas, atropelamentos e suicídios, emitidos naqueles tempos sombrios pelos órgãos de segurança, e a dos autores das denúncias sobre violação de Direitos Humanos, que infelizmente terminaram se comprovando verdadeiras”¹⁶.

No âmbito do direito internacional dos direitos humanos, a República Federativa do Brasil já foi condenada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em face das graves violações de direitos humanos consumadas com os crimes contra a humanidade praticados na ditadura, em casos como Gomes Lund¹⁷ e Vladimir Herzog¹⁸. Nesse sentido, a Câmara Municipal de Mossoró exaltou um golpe de Estado como se fosse algo “revolucionário”, **compondo tal caracterização um falseamento da**

¹⁴ Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à memória e à verdade** – comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 8.

¹⁵ Ibid., p. 17

¹⁶ Ibid., p. 18

¹⁷ https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf

¹⁸ https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_353_por.pdf



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ**

Desse modo, determino a instauração de notícia de fato, vinculada à PFDC, distribuindo-se aleatoriamente.

Mossoró/RN, 06 de agosto de 2024.

EMANUEL DE MELO FERREIRA

Procurador da República

CNF

Assinado com login e senha por MARCIA REGINA VASCONCELOS MARQUES em 08/08/2024 10:13. Para verificar a autenticidade acesse o site <http://www.transparencia.org.br> e digite o número de acesso ao documento: Chave pública: 723831c4-2ca1-1d1-1a5b-4a71



CÓPIA
SAÚDE O SEU PAÍS E AMAR A PAZINHA

Com 6 anos de ditadura militar, com 6 anos de perseguição
crimes e corrupção, esta é a primeira verdade que hoje se deve
para os trabalhadores brasileiros: SAÚDE O SEU PAÍS E AMAR A
PAZINHA. A segunda é que se prepara para a luta. É a terceira
que os ditadores têm de fato e esta também tora o seu.

- Os empresários passam fome;
- Os estudantes são abusados, quando não são perseguidos, presos,
torturados e assassinados. E 60% de povo são analfabetos;
- Os médicos e cientistas são expulsos para que não haja a crítica
que vem a ignorância e a corrupção contada no seu;
- Os operários perderam seus empregos. E 60% da população não são
pagados;
- Os capitalistas norte-americanos dominam as fábricas, os bancos
centrais, as minas e as demais fontes de riqueza da região;
- O preço sobe. A ditadura paga, mas o povo está sofrendo. E
não sente o ditador e seus locais;
- Os funcionários públicos vivem na miséria, com salários de 100
e a mínima esperança;
- A imprensa é controlada;
- Os governadores não são eleitos. São arbitrariamente nomeados;
- A Reforma Agrária que a ditadura prometeu, não chegou mais,
pois não. O que se viu foi o despejo dos camponeses para as
lavouras das cidades.

Diante de covardias ao ex-compreensão pode sair fora
de tanto desgoverno. Aos trabalhadores e ao povo cabe lutar com
fines objetiva de DESTRUIR A DITADURA E IMPLANTAR UM GOVERNO PO

(F R P)

Assinado com login e senha por MARCIA REGINA VASCONCELOS MARIQUES em 09/08/2024
http://www.transparenciampt.mp.br/validadocumento. Chave b0afca6c.723d9fc4.c2baa1

F I M

Arquivo digitalizado e disponibilizado por MARCIA REGINA VASCONCELOS MARIQUES em 09/08/2024 às 10:05:27
<https://www.transegov.br/imp/imp/272411/2024/08/09/272411-2024-08-09-10-05-27>

Assinado com login e senha por MARCIA REGINA ASCONCELOS MARQUES, em 09/08/2024 10:13. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave b0afca6c723d9fc4c2aaa1fd1a504a71

CONFIDENCIAL

INFORME Nº 01826 30 / AC. SI

DATA : 19 de abril de 1984
ASSUNTO : FACULDADE DE FILOSOFIA DE MOSSORÓ/RN.
REFERÊNCIA :
AVALIAÇÃO : B-2
DIFUSÃO : OCULTA
ORIGEM : S. 23
ANEXO :

A FACULDADE DE FILOSOFIA DE MOSSORÓ/RN realizará, no dia 03 de Maio de 1984, às 18:00 horas, uma mesa-redonda sobre "Partidos operários do Brasil, ontem e hoje".

Esta mesa-redonda terá como representantes de vários partidos, entre eles, ANTONIO MALANA, do PC do B, e HAROLDO LIMA, do PC do RN.

PARA DIVULGAÇÃO EXTERNA
ESTE DOCUMENTO DEVE
SER SUJEITO DE CENSURA
PRÉVIA

CONFIDENCIAL

PRADO

Assista o vídeo <http://www.transpiterrosa.mt.mp.br/videocanal/impresao> para ver como a qualidade é garantida.
Chamada gratuita: 723-0101 ou 0800-1155-027



PEDIDO PARA ATUALIZAÇÃO DE DADOS

Órgão

DI

N.º

6250

DEFESA DE DIREITOS

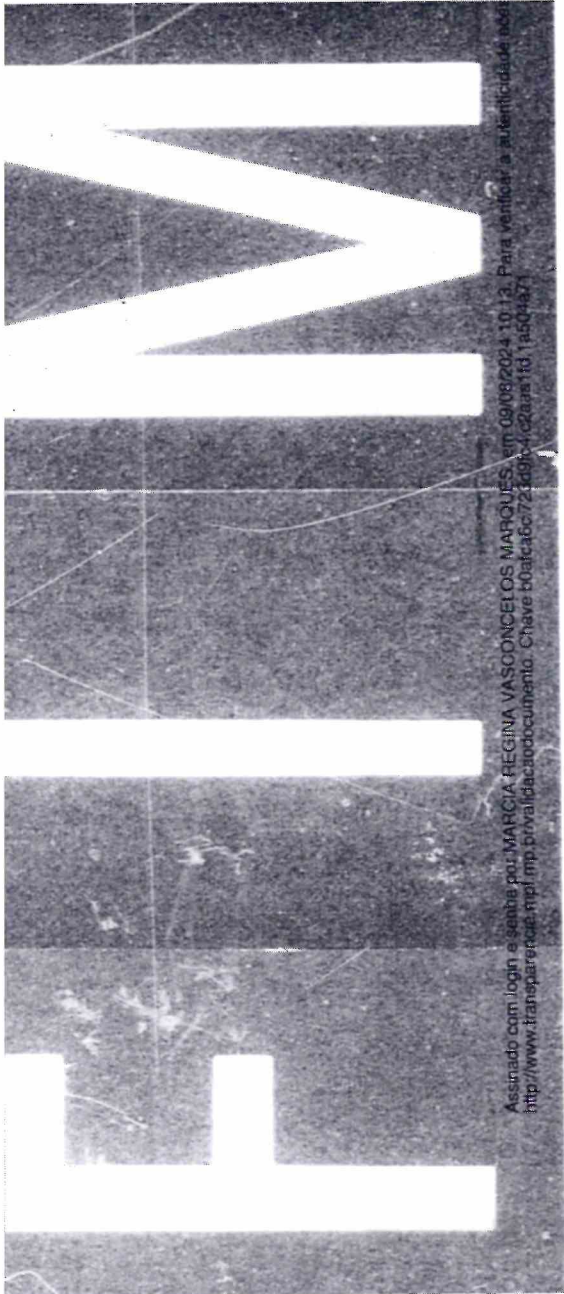
NOME SALOMÃO MALINA (SM)
ACE Nº 23625/AC/82

Os registros constantes do INFE (B-2) nº 1826/30/AC, de 19 ABR 82, referentes a SM, não possuem validade para este Órgão.

(USE O VERSO SE NECESSÁRIO)

Órgão	EMITIDO	<input type="checkbox"/> DISPENSA MICROFILMAGEM <input checked="" type="checkbox"/> MICROFILMAR <input type="checkbox"/> PROCESSAR MFR _____ ACE Nº _____ 11/12/1996 CHEFE CADASTRO	AO CONTROLE DA QUALIDADE MICROFILMADO
	01, OUT, 91 Adjunto SAE		15 MAR, 1993 CHEFE MICROFILMAGEM

Assinado com login e senha por MARCIA REGINA VASCONCELOS MARQUES em 09/08/2024 10:13 Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave: h0-afce6c-723d0f4-c2ccc141-501471



Assinado com login e senha por MARGIA REGINA VASCONCELOS MARQUES em 09/08/2024 10:13. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpl.mp.br/validacao/documento>. Chave B0a1c6c724d9f04c2a9a1f014504427

A C

5 2 7 8 1 7 8 5

C N F

1 / 1

AGÊNCIA CENTRAL

FICHA DE DISTRIBUIÇÃO DE DOCUMENTOS

1-4324/85

2

ACE
052781 85

PRG
009157 17 JUN 85

1. CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

DOCUMENTO

ASSUNTO INFE 078/DSI/MEC, 14 JUN 85

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORÓ/RN-MOVIMENTO DISCENTE

REFERÊNCIA

INFE 58/DSI/MEC, 14 MAI 85 PRG 2086/85- OPT. 1 - 12.001

ANEXOS

2. DISTRIBUIÇÃO INICIAL

ORIGINAL OPT. 1 GTC PRECEDÊNCIA

CÓPIAS

<input type="checkbox"/> CHEFE SNI	<input type="checkbox"/> CHEFE GAB/SNI	<input type="checkbox"/> SC-1	<input type="checkbox"/> SC-4	<input type="checkbox"/> SE-07	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> CHEFE AC/SNI	<input type="checkbox"/> CHEFE GAB/AC	<input type="checkbox"/> SC-2	<input type="checkbox"/> SC-5	<input type="checkbox"/> SE-08	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> VICE-CHEFE AC	<input type="checkbox"/> ASSESSOR	<input type="checkbox"/> SC-3	<input type="checkbox"/> DIV ADM	<input type="checkbox"/> SE-09	<input type="checkbox"/>

RUBRICA DO RESPONSÁVEL PELA DISTRIBUIÇÃO INICIAL

SE-021

3. ORDENS PARTICULARES

RUBRICA DO RESPONSÁVEL PELAS ORDENS PARTICULARES

4. PROVIDÊNCIAS

PROVIDÊNCIAS

Assinado com login e senha por MARCIA REGINA VASCONCELOS MARQUES, em 09/08/2024 10:13. Para verificar a autenticidade acesse

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORME Nº 078/10/DSI/MEC/85

DATA: 14 JUN 85
 ASSUNTO: ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORÓ/RN - MOVIMENTO DISCENTE
 REFERÊNCIA: INFORME Nº 58/10/DSI/MEC/85 - DE 14 MAI 85
 ORIGEM: -x-
 AVALIAÇÃO: A-1
 DIFUSÃO ANTERIOR: -x-
 DIFUSÃO: AC/SNI

01M703

ANEXOS: -x-

Todos passos que tomou conhecimento do
 conteúdo deste documento é responsável pela
 manutenção do seu sigilo.
 Art. 12 do Regulamento aprovado pelo
 Decreto n.º 79.069/83 (MS/83)

1. Os estudantes da ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORÓ - ESAM, que haviam retornado às atividades didático-pedagógicas no dia 08 Mai 85, resolveram, em assembléia realizada no dia 13 Mai 85, retornar ao movimento grevista, realizando um trancamento de matrículas em massa, em protesto contra o não cumprimento das negociações mantidas com a Direção da Escola.

2. No dia 03 Jun 85, o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO enviou o Professor VALTER CANTÍDIO, à ESAM, para servir de mediador entre os estudantes grevistas e a Administração, objetivando a normalização das atividades.

Após dois dias de conversações entre o Professor CANTÍDIO, os professores, estudantes e a Direção da Escola, o impasse foi resolvido, com a decisão do corpo discente de acabar com a greve que já durava cerca de três meses.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 CELESTINO MARQUES DE OLIVEIRA
 CHEFE DA DIVISÃO

CONFIDENCIAL

Assinado com login e senha por MARCIA REGINA VASCONCELOS MARQUES, em 09/08/2024 10:13. Para verificar a autenticidade acesse

009157 17 JUN 85

Procedimento 1.28.100.000206/2024-51, Docume



ta verifficar

4.10.1
a5044

m 09/0
4. c2aa

A REGIN/
Jacaodoc

AUG 10 1947
CNF
I/I

AGÊNCIA CENTRAL

FICHA DE DISTRIBUIÇÃO DE DOCUMENTOS

SC-1-8450/83

S. N. I.	
AGENCIA CENTRAL	
026896	30 NOV 83
PROTOCOLO	

ACE
039184 34

1. CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

DOCUMENTO

ASSUNTO: INFÃO 2519/CIE, 30 NOV 83

SITUAÇÃO POLÍTICA EM MOSSORÓ I.I.I.

REFERÊNCIA

ANEXOS

2. DISTRIBUIÇÃO INICIAL

ORIGINAL: SO1 GTC PRECEDÊNCIA

CÓPIAS

<input type="checkbox"/> CHEFE SNI	<input type="checkbox"/> CHEFE GAB/SNI	<input type="checkbox"/> SC-1	<input type="checkbox"/> SC-4	<input type="checkbox"/> SE-07	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> CHEFE AC/SNI	<input type="checkbox"/> CHEFE GAB/AC	<input type="checkbox"/> SC-2	<input type="checkbox"/> SC-6	<input type="checkbox"/> SE-08	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> VICE-CHEFE AC	<input type="checkbox"/> ASSESSOR	<input type="checkbox"/> SC-3	<input type="checkbox"/> DIV ADM	<input type="checkbox"/> SE-09	<input type="checkbox"/>

RUBRICA DO RESPONSÁVEL PELA DISTRIBUIÇÃO INICIAL

[Handwritten Signature]

3. ORDENS PARTICULARES

RUBRICA DO RESPONSÁVEL PELAS ORDENS PARTICULARES

4. PROVIDÊNCIAS

FEIT

Em 12/11/83

3) SE-06 p/ implantação

Assinado com login e senha por MARCIA REGINA VASCONCELOS MARQUES, em 09/09/2024 10:13. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.tj-poa.org.br/portal/verificacao>

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO

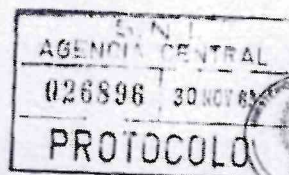
BRASÍLIA, DF, de 30 NOV 1983 de 19

CIE

01/02

INFORMAÇÃO N.º 2519 S/102-A11.1-CIE

1. Assunto: SITUAÇÃO POLÍTICA EM MOSSORÓ - 1.1.1.
2. Origem: 7a Bda Inf Mtz
3. Difusão: AC/SNI
4. Difusão Anterior: IV Ex
5. Referência: -
6. Anexo: -



1. A política potiguar conserva características próprias, adaptadas aos tradicionais costumes políticos da região, destacando-se as acirradas lutas partidárias com participação intensa do povo, habilmente envolvido na época das campanhas eleitorais, atingindo por vezes, os limites do desvario.

2. As cisões ocorridas nas últimas eleições, decorrentes de desentendimentos e disputas eleitorais, forjaram posições pessoais desligadas dos interesses partidários.

O Estado viveu uma situação, no mínimo, preocupante:

a. De um lado, o PDS experimentou sérias dissensões internas com a defecção de algumas lideranças significativas (Vice-Governador CE-RALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO; família ROSADO, do Oeste potiguar; Senador JOSÉ DE SOUZA MARTINS FILHO) decorrentes da forma discriminatória e impositiva com que foi decidida, pela família MAIA, a sucessão do Governo do Estado, privilegiando o Sr JOSÉ AGRIPINO MAIA, ex-Prefeito de NATAL. Viveu o RIO GRANDE DO NORTE um clima de corrupção em que seus dirigentes empregaram todos os meios (recurso públicos, poder de intimidação, empreguismo, etc) para concretizar seu objetivo de eleger seu candidato;

b. De outro, as oposições, lideradas pelo PMDB, com a defecção do PT, aliaram todas as correntes ideológicas disponíveis com o apoio do clero progressista para separar a opinião pública do Governo, denunciando e criticando sua atuação no campo social e econômico. O candidato mais forte das oposições foi o Sr ALUÍZIO ALVES, político cassado pela Revolução e homem de princípios duvidosos.

CONFIDENCIAL

- CONTINUA -

(Cont. d. a INFO

n. 2519,

CONFIDENCIAL

do 30 NOV 1982/02 -)

c. O PT apresentou como candidato o Sr RUBENS MANOEL LEMOS, radical de esquerda, antigo participante de movimentos revolucionários.

3. Devido ao quadro acima, a atividade política-partidária do PDS se restringiu, praticamente, às disputas de suas lideranças para manutenção das posições, compondo correntes com interesses divergentes e dificilmente conciliáveis.

4. A família ROSADO detém o poder político na cidade de MOSSORÓ/RN. O Deputado Federal, do PDS, VINGT ROSADO, é líder local e seu irmão, DIX-HUIT ROSADO, Prefeito. Ambos dispõem de influências junto a área federal, através de ligações com o Ministro da Justiça, IBRAHIM ABI-ACKEL.

5. O jornal "O MOSSOROENSE" de linha contrária ao Governo, é de propriedade do Sr VINGT ROSADO, embora ele pertença ao PDS. DORIAN JORGE FREIRE, tido como elemento de esquerda, é o seu diretor responsável.

"O MOSSOROENSE", é um jornal local, de pequena tiragem e pouca popularidade fora de MOSSORÓ/RN.

6. O jornal "Diário de Mossoró", após a Revolução de 1964, publicou editorial contra a REVOLUÇÃO e o EXÉRCITO e o autor do editorial teria sido o Dr JAIME HIPÓLITO DANTAS, por ordem do "grupo" DIX-HUIT ROSADO, VINGT ROSADO e VINGT - UM ROSADO.

Quando rompeu a Revolução, DIX-HUIT ROSADO estava na CHINA COMUNISTA.

7. Na visita política realizada pelo PRESIDENTE DA REPÚBLICA ao RIO GRANDE DO NORTE, em Out 82, VINGT ROSADO, DIX-HUIT ROSADO e CARLOS AUGUSTO DE SOUZA ROSADO (na época Presidente da Assembléia Estadual), não se fizeram presentes a nenhum evento relativo a viagem presidencial, devido ao desacordo na indicação de JOSÉ AGRIPINO MAIA como candidato ao Governo do Estado.

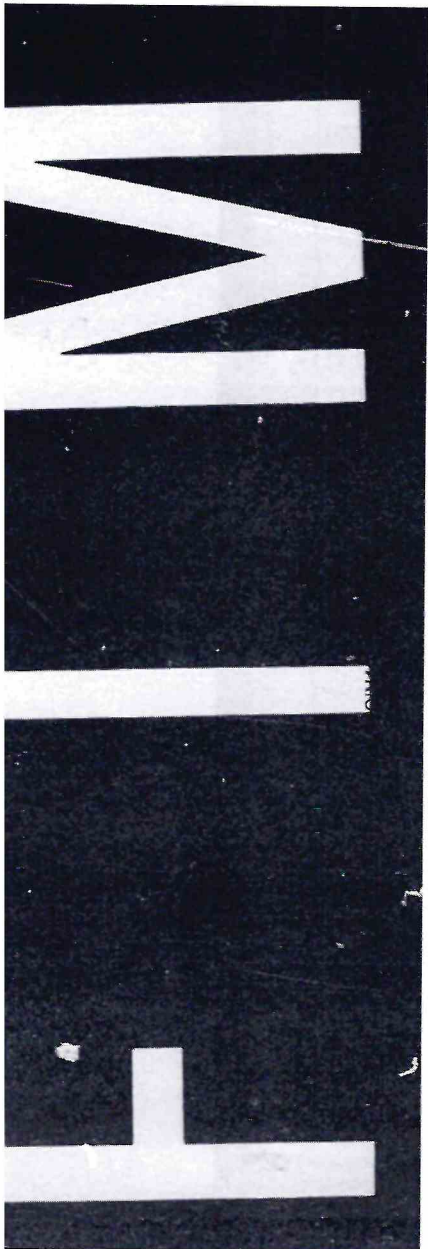
8. Durante a campanha eleitoral, a família ROSADO apoiou ostensivamente a oposição, a partir da imposição da candidatura de JOSÉ AGRIPINO MAIA ao Governo estadual, em flagrante contestação política a liderança exercida pelo Sr TARCISIO MAIA e pelo PDS.

9. A situação política de MOSSORÓ caracteriza-se pela supremacia dos interesses pessoais sobre os partidários. O Deputado Federal VINGT ROSADO atua de forma a que seu grupo seja beneficiado, mesmo que para tal tenha que realizar negociações e conchavos políticos.

TOCA PESSOA QUE TOME CO-
NHECIMENTO DESTA DOCUMENTO
FICA RESPONSÁVEL PELA MANU-
TENÇÃO DE SEU SIGILO (RSAS).

CONFIDENCIAL

Assinado com login e senha por MARCIA REGINA VASCONCELOS MARQUES, em 09/08/2024 10:13. Para verificar a autenticidade acesse
<https://www.transparencia.org.br>



CNF

111

CONFIDENCIAL

COPIA REMETIDA AO DI

02/0/84

ACEU

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA RECIFE

INFORMAÇÃO Nº 156 /19/ARE/84



DATA: 19 JUN 84

ASSUNTO: "V SEMANA DE FILOSOFIA DO RIO GRANDE DO NORTE" - MOSSORÓ/RN.

ORIGEM: DPF/RN

DIFUSÃO: AC/SNI

ANEXO: Os relacionados no final da presente INFÃO.

1. Foi realizada no período de 01 a 05 MAI 84, no CINE TEATRO CID, e no Edifício EPÍLOGO DE CAMPOS, em MOSSORÓ/RN, a V SEMANA DE FILOSOFIA DO RIO GRANDE DO NORTE.

O evento foi promovido pelas seguintes entidades: SOCIEDADE DE ESTUDOS E ATIVIDADES FILOSÓFICAS (SEAF); ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA UNIVERSITÁRIA (ACEU); FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE (FURRN); DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA FURRN (DCE / FURRN); ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE MOSSORÓ (APM); ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA FURRN (ADFURRN); SECRETARIADO DIOCESANO PASTORAL; e com a cooparticipação do CENTRO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE (CENDERN); DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA DA FURRN; DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA DA UFRN; Jornal "O MOSSOROENSE"; SEAF/NATAL; Jornal "GAZETA DO OESTE"; e Jornal "CORREIO POPULAR". Teve o patrocínio da PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE; ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORÓ (ESAM); INSTITUTO VARELA BARCA; e LIVRARIA INDEPENDÊNCIA.

2. A comissão coordenadora foi composta pelas seguintes pessoas: JOÃO BATISTA XAVIER (FURRN/SEAF/ACEU); AÉCIO CÂNDIDO DE SOUZA (SEAF); CARLOS ALBERTO LIMA FILGUEIRA (FURRN/SEAF/ACEU); ZILDA GÊ (FURRN/DIOCESE); ANTÔNIO CAPISTRANO (FURRN/APM); MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA (DCE/ACEU); MARIA DE LOURDES LIMA (FURRN/SEAF); DORIAN JORGE FREIRE (TRIBUNA DO NORTE); Monsenhor AMÉRICO VESPÚCIO SIMONETTI (Vigário Geral em MOSSORÓ/RN); e JOANA D'ARC FERNANDES COELHO (CENDERN).

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Cont. de INFÃO nº 156 /19/ARE/84 - Fls 03 -



Em seguida falou JOSÉ CHASIN, professor da UFPB e vice-presidente nacional da SEAF, pregando a emancipação do homem. Criticou a abertura feita pelo Presidente FIGUEIREDO. Afirmou que a SEMANA DE FILOSOFIA se iniciava num clima de drama, em virtude da rejeição da Emenda DANTE DE OLIVEIRA, a qual seria a solução para os graves problemas brasileiros. Em seguida falou ANTONIO CAPISTRANO (Professor da FURRN e presidente da APM), que fez severas críticas ao Governo, principalmente, no tocante à questão salarial, criticando o aumento de 50% dado aos professores.

Encerrando a solenidade de abertura falou JOÃO BATISTA XAVIER, fazendo severas críticas ao Governo, salientando os "20 Anos de Ditadura" e a política econômica. Afirmou que o BRASIL é um País composto de uma minoria que tem tudo e uma maioria com nada, estando esta maioria marginalizada, precisando se unir no sentido de derrotar o capitalismo e o autoritarismo do atual Governo, para poder formar uma sociedade livre e sem influências estrangeiras. Citou as graves pressões ocorridas com a decretação do Estado de Emergência. Defendeu a filosofia de MARX e LENIN como sendo a afirmação do homem. Pregou uma luta operária contra as forças ocultas do capitalismo e a necessidade da união de todas as tendências ideológicas para o povo derrubar o atual regime autoritário e imperialista, e com isto, conseguir uma sociedade livre.

5. No período de 02 a 05 MAI 84, foram realizadas diversas conferências e debates, dos quais destacamos os seguintes:

a. Dia 02 MAI 84

Às 08:00 hs, no Auditório do CINE CID, a Irmã CLARA, de nacionalidade norte-americana, proferiu palestra sobre a "Experiência das COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEBS)", afirmando serem estas o fator principal da renovação da Igreja, ajudando na construção de uma sociedade justa e mais fraterna. Destacou a Conferência das CEBS

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Cont. da INFÃO nº 156 / 19/ARE/84 - Fls 04 -



em MEDELIN/COLÔMBIA, e ressaltou a importância do leigo na Igreja.

Crítico dos grandes projetos do Governo (Usinas Nucleares, Transamazônica, etc). Declarou-se contrário ao capitalismo e a favor do socialismo, e defendeu a teoria Marxista para consecução do bem comum. Afirmou ainda, que o futuro das CEBS está nas descentralizações das paróquias. Disse, ainda, que as CEBS são muito perseguidas em virtude de seu movimento sócio-político, embora não vise lucros, e sim, o bem comum. Afirmou, também, que as CEBS podem e devem participar das lutas e movimentos em prol das causas populares, como sindicatos e associações. Concluiu dizendo que no BRASIL existe mais de cem mil Comunidades Eclesiais de Base.

Às 10:00 hs, o professor da UFRN, HERMANO MACHADO, fez apresentação de JORGE CLÁUDIO NOEL RIBEIRO, professor da PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE DE CATÓLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (PUC/SP), editor do jornal PARAMUNDIBAS, graduado em Filosofia, Jornalismo, e Teologia, tendo editado os seguintes livros: "A Véspera do Milagre" (Contos), "Pedagogia da Resistência" e "A Festa do Povo", sendo este último o tema da palestra proferida pelo mesmo. O palestrante denominou o evento como "FILOSOFIA NA CAATINGA", onde sentiu a expectativa do pessoal presente em querer aprender filosofia para sua realidade atual, classificando assim as três grandes festas do BRASIL: Carnaval, como sendo a festa feita pelo povo; Semana Santa, onde predomina a oligarquia religiosa; e por último a Semana da Pátria, onde as autoridades se apresentam com a finalidade de mostrar sua força. No tema "A FESTA DO POVO", JORGE CLÁUDIO procurou apontar as possibilidades e limites das festas e os momentos de manifestações da cultura popular que podem integrar-se numa luta de resistência e libertação.

Às 20:00 hs, foi realizado um Ato Público, no Auditório do Edifício EPÍLOGO DE CAMPOS, pela Paz e em Solidariedade aos Povos da América Central e CARIBE (NICARÁGUA, EL SALVADOR, CUBA e GRANADA). O ato teve início com o professor JOÃO BATISTA XAVIER fazendo algumas considera-

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Cont. da INFÃO nº 156 /19/ARE/84 - Fls 05 -



ções sobre a situação naquela região, criticando asperamente o Governo Norte-Americano e responsabilizando-o pelo agravamento da situação. Concluindo, afirmou que a política do Presidente dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA), RONALD REAGAN, está colocando o mundo a beira da terceira Guerra Mundial. Em seguida, passou o comando do Ato para o "Grupo de Solidariedade aos Povos da América Central e Caribe", do RECIFE/PE, representado pelo estudante el salvadorenho JOSÉ CLARK MIÑOZ (conhecido também por TATO) e RICARDO ZARATINI FILHO, membro da ASSOCIAÇÃO CULTURAL JOSÉ MARTI, e militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB). Houve apresentação dos violeiros ANTONIO LISBOA e ANTONIO CALIXTO, que cantaram repentes em solidariedade a NICARÁGUA e EL SALVADOR. A política do BRASIL foi fortemente criticada pelos violeiros em seus repentes, usando o seguinte refrão: "NÓS QUEREMOS DEIXAR DE SER QUINTAL PARA AMÉRICA DO NORTE PREPOTENTE". Após a apresentação dos violeiros, usou de palavra RICARDO ZARATINI FILHO, que fez uma explanação detalhada da invasão norte-americana em GRANADA. Criticou o Governo norte-americano que, segundo ele, covardemente não assumiu a responsabilidade pela invasão, dividindo a decisão com outros países da região. Fez ressalva à crise mundial, onde os capitalistas aproveitam para exercer uma opressão imperialista com a dominação do FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI), pretendendo descarregar todo peso nos povos sub-desenvolvidos. Lembrou o período do Governo de JOÃO GOULART, onde com a pretensão de nacionalizar as refinarias existentes no BRASIL, bem como efetuar uma reforma agrária, foi de encontro aos interesses do capitalismo americano e contribuiu para decisão do golpe de 64. Citou que "nossa País correu o mesmo risco de GRANADA, pois o fato só não ocorreu em 1964, porque não houve resistência ao golpe, embora tenha-se observado até mesmo porta-aviões norte-americanos nas proximidades da costa brasileira".

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Cont. de INFÃO nº 156 /19/ARE/84 - Fls 06 -



Falando sobre a situação em EL SALVADOR, ZARATINI destacou a atuação da FARABUNDO MARTI DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (FMLN), que vem travando uma luta naquele país há mais de 04 anos, e hoje, segundo ele, já controla 1/3 do território. Explicou que a composição da FMLN apresenta as seguintes tendências:

- FORÇAS POPULARES DE LIBERTAÇÃO; PARTIDO DA REVOLUÇÃO DE EL SALVADOR; PARTIDO DA RESISTÊNCIA DE EL SALVADOR; PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DE EL SALVADOR; e PARTIDO COMUNISTA DE EL SALVADOR.

Fez uma exposição com dados estatísticos das apreensões e mortes feitas pela FMLN, qualificando seus integrantes, como legítimos representantes do povo el salvadorenho.

Disse ainda, que a intervenção norte-americana em nada tem contribuído para o término do conflito naquele país.

Referindo-se à NICARÁGUA lembrou que o incidente ocorrido recentemente nos portos daquele país, foi de total responsabilidade da CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA), tendo inclusive feito referência aos jornais norte-americanos que publicaram matéria onde a própria CIA assume em parte a responsabilidade dos incidentes.

Em seguida, RICARDO ZARATINI passou a palavra para JOSÉ CLARK MUÑOZ, que discorreu sobre as eleições diretas afirmando que no BRASIL deveria ser igual a EL SALVADOR, mas o povo apesar das eleições diretas às vezes não tem opção para escolher um candidato ideal, tendo citado como exemplo PAULO MALUF, o qual comparou com o candidato a Presidente de seu País, dizendo que o mesmo "era corrupto e pertencia ao Esquadrão da Morte".

Defendeu que para ter direito à vida, o povo tem que lutar armado. Fez referência ao povo da NICARÁGUA, que hoje tem armas para defender suas causas. Ressaltou a necessidade de uma solidariedade internacional e solicitou aos presentes a se empenharem nesta luta, sugerindo a criação de um Comitê para desenvolver trabalhos em favor da causa daquele povo. Protestou contra a política norte-americana que

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Cont. da INFÃO nº 156 /19/ARE/84 - Fls 07 -



Impõe seu imperialismo desenvolvendo um tratamento desumano, inclusive citou o povo de PORTO RICO que hoje tem seu território na condição de Colônia Americana. Defendeu a participação da mulher, dizendo: "Não há revolução sem a participação da mulher", citou que na América Central a mulher tem tido participação fundamental e exibiu uma foto de uma guerrilheira em pleno campo de batalha, tratando-se de ANA MARIA GUADALUPE.

Após as explanações, houve a apresentação, através de "alides", de um documentário sobre os países da América Central, enfocando desde os recursos econômicos disponíveis até a vida nos campos de batalha.

O auditório onde se realizou o Ato Público estava totalmente coberto com cartazes alusivos à luta em EL SALVADOR, inclusive, duas grandes bandeiras, sendo uma da FRENTE SANDINISTA PARA LIBERTAÇÃO NACIONAL (FSLN) e outra da FARABUNDO MARTI DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (FMLN). Durante a realização do Ato foi distribuído um manifesto de solidariedade ao povo da América Central e Caribe (Anexo A), como também um panfleto intitulado "Nosso Povo Caminha Dia a Dia prá o Terceiro Conflito Mundial" (Anexo B).

Foi lida ainda uma Moção de Apoio ao povo da América Central e Caribe.

b. Dia 03 MAI 84

Às 08:00 hs, no CINE CID, o professor JOÃO BATISTA XAVIER fez a apresentação de ADMARDO SERAFIM DE OLIVEIRA, professor da UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES), que fez uma abordagem teológica ao pensamento de PAULO FREIRE. ADMARDO começou sua palestra dizendo "que por defender a ideologia de PAULO FREIRE, poderia perder seu emprego de professor na UFES, acrescentando, ainda, "que hoje tinha espaço para falar, mas amanhã não saberia se teria o mesmo espaço". Afirmou, também, que defende PAULO FREIRE por vocação e que iria continuar sua pregação, acontecesse o que

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Cont. da INFÃO nº 156 /19/ARE/84 - Fls 08 -



acontecasse. Defendeu a "Teoria da Libertação", e disse que estava diretamente vinculado a ela, por ser a causa da libertação dos oprimidos que desafia o homem e a realidade que o circunda, afirmando que os privilégios são para todos e não para uma minoria. Afirmou que era necessário retirar esta minoria do poder, pois a mesma age com radicalismo, autoritarismo e opressões. Citou ainda, que existem três tipos de igrejas para PAULO FREIRE na América Latina: a Tradicionalista, a Moderna, e a Profética que é a usada por PAULO FREIRE e seus adeptos. Esta igreja prega a transformação radical, bem como a "Teoria da Libertação" que é contra as injustiças sociais e anuncia um novo amanhã para ajudar aos homens a se libertarem das opressões e chegar a uma conscientização.

ADMARDO SERAFIM afirmou que as autoridades internacionais tacham PAULO FREIRE de Marxista, o que esvazia sua riqueza ideológica, embora ele tenha recebido influências de FIDEL CASTRO e MAO TSE TUNG. Citou que a luta principal de PAULO FREIRE é por melhores condições de vida para a humanidade, o combate às opressões e a busca da libertação.

Às 14:00 hs, foi realizada uma mesa redonda no CINE CID, com a participação de JUAREZ XAVIER; FRANCISCO PEREIRA NÓBREGA; e LUIZ COUTO, todos professores da UFPB, tendo como tema principal: "ANÁLISE MARXISTA E TEOLOGIA". Foi feita uma explanação dos pensamentos e idéias de MARX, defendendo os pensadores Marxistas que ultimamente vêm crescendo no BRASIL. O professor LUIZ COUTO afirmou que a teologia, para conseguir seus objetivos, tem se amparado no Marxismo e que existe um conflito de militância da esquerda marxista com a militância dos cristãos progressistas. Criticou a opressão religiosa que não liberta o homem para suas realizações. Criticou a colocação do DEUS mandatário que prejudica a realização da história do homem, devendo esse DEUS ser dispensado, e indagou: "não é admissível o homem aceitar o que está acontecendo".

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Cont. da INFÃO nº 156 /19/ARE/84 - Fls 09 -



tecendo ou fazendo porque Deus mandou". Pregou que o Marxismo e o Cristianismo vêm da classe operária e dos camponeses que pertencem à classe oprimida. Citou o fato que Marxistas e Teólogos permanecem distantes em seus pensamentos, mas de qualquer modo qualquer diálogo entre o marxismo e a religião e, especialmente, o diálogo do marxismo com o cristianismo só poderá trazer enriquecimento para ambos.

Às 20:00 hs, no auditório do Edifício EPÍLOGO DE CAMPOS, foi realizada palestra com o professor JOSÉ CHASIN, da UFPB, quando foi abordado o tema "SOCIALISMO REAL E RELIGIÃO". O palestrante classificou o movimento de 64 como uma violência às liberdades democráticas. Citou o fato do capitalismo aproveitar a mentalidade religiosa do povo e construir sobre ela a defesa ideológica de seus interesses. Afirmou que o homem precisa livrar-se da religião porque é o impedimento da autonomia humana e de conquista a si próprio. Criticou a desvalorização do trabalhador pelo capitalismo, dizendo que o povo precisa se libertar politicamente para conquistar um estado liberal, principalmente através da revolução com as lutas de classes. Defendeu a legalização do PCB, e concluiu dizendo: "não haverá democracia no BRASIL com os comunistas na clandestinidade e sem a sua legalização". Houve distribuição de um panfleto intitulado: "LEGALIDADE PARA O PCB" (Anexo C).

c. Dia 04 MAI 84

Às 08:00 hs, no CINE CID, o professor GIUSEPPE STACCONI, da UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO (UNICAP) fez uma conferência sobre a "CRÍTICA DE MARX E GRAMSCI". Pregou que as posições de ambos não são antagônicas, e defendeu a implantação de uma sociedade onde o homem possa se realizar como homem, procurando novos caminhos. Criticou a opressão religiosa que bloqueia a capacidade de criatividade do homem, que deve estar sempre procurando criar e

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



Cont. da INFÃO nº 156 /19/ARE/84 - Fls 10 -

recriar, no sentido de atingir uma sociedade mais humana. Disse que na sociedade atual o homem produz para o patrão, sendo uma forma de alienação do seu ego que acontece também na religião, onde o ser humano não torna-se dono de si em sua própria atividade. E concluiu, indicando para aqueles que desejassem aprofundar-se na questão, o texto dos manuscritos - COLEÇÃO DOS PENSADORES, DA EDITORA ABRIL CULTURAL.

Às 14:30 hs, foi realizada, no CINE CID, uma mesa redonda sob o tema: "HUMANISMO E ATEÍSMO MODERNO", com a participação de MANFREDO OLIVEIRA, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFCE); GIUSEPPE STACCONE, da UNICAP; e ainda JOSÉ CHASIN, da UFPB. Inicialmente o professor MANFREDO OLIVEIRA, da UFCE procurou reproduzir o pensamento do homem ocidental, que tem DEUS como fonte de seu ser, o que denominou de humanismo. Falou do pensamento moderno que é, segundo ele, o fruto do mundo burguês. É um pensamento que traz revoltas e que procura descobrir a gênese lógica. Propôs a liberdade absoluta para o ateísmo moderno. Em seguida, GIUSEPPE STACCONE afirmou que Humanismo é um projeto histórico e filosófico onde DEUS é produto da imaginação do homem e que o ateísmo afasta multidões. Para GIUSEPPE o homem moderno é a forma real de liberdade. Citou que a "Teologia da Libertação" defende as classes exploradas e marginalizadas. Ao final, afirmou que o Ateísmo mudará o capitalismo, destruirá a fé religiosa para conseguir uma sociedade mais justa.

d. Dia 05 A MAI 84

Às 10:00 hs, no auditório do CINE CID, o professor JOÃO PEDRO AGUIAR, da UFES, proferiu uma palestra sobre "IDEOLOGIA E RELIGIÃO - O CASO PENTECOSTAL". O palestrante procurou identificar a maneira de compreender e explicar o mundo dos pentecostais e seu comportamento, e a aproximação ou distanciamento entre o discurso religioso pentecostal e a concepção de discurso não religioso, ou seja, dis -

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



Cont. de INFÃO nº 156 /19/ARE/84 - FLS II -

curso político e o papel dos intelectuais pentecostais na produção de ideologia de grupo, bem como as formas de disseminação dessa ideologia. Afirmou ainda que a igreja pentecostal é capaz de mobilizar massas, principalmente as classes populares ou subalternas. Frisou que a igreja pentecostal prega a oração da cura e que a terra foi dada aos homens por Deus e que por isto mesmo não deveria existir pessoas morando em palafitas, mocambos e embaixo de pontes, culpando os Governos por esta situação. Fez referências ao socialismo, como sendo a forma ideal de governo, pois traz o bem comum e prega a igualdade para todos. Afirmou que os pentecostais são voltados para a pobreza e a miséria, e principalmente, a opressão e as injustiças sociais e econômicas.

Às 16:00 hs, houve uma mesa redonda, onde foi discutido o tema "O SOCIALISMO E A RELIGIÃO", com a presença de DÉLIO MENDES, da SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE) e SALOMÃO GURGEL, prefeito da cidade de JANDUIS/RN. Inicialmente, falou DÉLIO MENDES, que pediu a legalização do PCB, dizendo que o mesmo deveria vir a luz do dia e ser compreendido pelas autoridades que governam o BRASIL, e com isso sair da clandestinidade. Pediu ao povo mossoroense pela legalização do PCB. Citou que o socialismo é de questão fundamental para sairmos do atual estado de pobreza. Pregou a necessidade de modificações radicais para conseguir uma sociedade mais justa e pluralista. Afirmou que toda ditadura existe para passar o maior tempo possível a frente do poder, embora o povo através de suas lutas e movimentos consegue derrubar qualquer regime. Citou o BRASIL como exemplo, "onde atualmente o povo tem demonstrado interesse em mudar o regime vigente", declarando sentir-se orgulhoso em ver dezenas de milhares de pessoas irem às ruas pedindo mudanças urgentes (eleições diretas), bem como o PCB e os outros partidos na clandestinidade apoiarem a luta pelas diretas. Disse que os 20 anos de autoritarismo no BRASIL fez nascer uma

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Cont. da INFÃO nº 156 /19/ARE/84 - Fls 12 -



grande massa operária. Saliou que todos os partidos comunistas devem aceitar e reservar dentro de suas estruturas um espaço para a religião e ter a igreja como aliada, até mesmo quando estiver de cima, pois no ponto de vista religioso a presença da igreja tem exercido papel importante junto à classe oprimida. Disse que as Forças Armadas em nosso País têm como função principal vigiar o povo, citando como exemplo a cidade do RECIFE/PE que conta com Quartéis Militares instalados em todas suas saídas.

Dando prosseguimento à mesa redonda usou da palavra o Prefeito da cidade de JANDUIS/RN, SALOMÃO GURGEL, afirmando que viveu 11 anos em MOSCOU, disse ainda que o socialismo marxista é o ideal para se construir uma sociedade. Disse que no BRASIL a maioria dos católicos quer o socialismo, o qual comparou com a física e a química, dizendo que ambos são corretos e exatos. Considerou a UNIÃO SOVIÉTICA como laboratório de experiência do socialismo.

Em seguida, o Bispo da DIOCESE DE MOSSORÓ, Dom JOSÉ FREIRE DE OLIVEIRA NETO, leu um documento resultante do Encontro dos Bispos que foi realizado na cidade de ITAICI/SP, intitulado "A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO BRASIL". Os principais tópicos contidos no documento são: críticas ao período de recessão; altas taxas de inflação; FMI; todos empréstimos contraídos pelo BRASIL; elevação das taxas de juros por parte dos EUA; elevação do custo de vida; defasagem dos salários e desemprego urbano; inexistência do salário-desemprego; desvalorização do cruzeiro; minoria privilegiada; mordomias nos setores governamentais; taxas imaginárias; e sonegação de impostos. Concluiu pedindo uma reforma política, com dissolução do Colégio Eleitoral vigente, fazendo severas críticas às medidas de emergência impostas durante a votação da Emenda DANTE DE OLIVEIRA, e afirmando que o símbolo da mudança radical no BRASIL era "DIRETAS JÁ".

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Cont. da INFÃO nº 156 / 19/ARE/84 - Fls 13 -



Em seguida o professor JOÃO BATISTA XAVIER fez uso da palavra, dando por encerradas as conferências da "V SEMANA DE FILOSOFIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE", agradecendo a todos os presentes e convidando-os para um show musical, intitulado "LA HISTÓRIA DE CUBA", com o Grupo Sarabanda (FORTALEZA/CE), havendo também exposição e venda do livro "NERUDA - CANTO MEMORIAL", de LUCIANO MAIA.

ANEXOS:

- A - "MANIFESTO DE SOLIDARIEDADE AO POVO DA AMÉRICA CENTRAL E CARIBE" (2 fls.);
- B - Panfleto "NOSSO POVO CAMINHA DIA A DIA PRÁ O TERCEIRO CONFLITO MUNDIAL" (1 fl.); e
- C - Panfleto "LEGALIDADE PARA O PCB" (1 fl.)

Toda pessoa que tomar conhecimento deste documento é responsável pela manutenção de seu sigilo. (Art. 12 da RSAS - Dec. N.º 79.089/77)

CONFIDENCIAL

ANEXO "A"
MANIFESTO DE SOLIDARIEDADE DO POVO
DA AMÉRICA CENTRAL e CARIBE .



A América Central e Caribe têm uma origem histórica similar: a de ser colônia da Espanha e Inglaterra, principalmente o colonialismo tem como fundamento básico extrair riquezas das terras colonizadas para o enriquecimento da metrópole. Para colonizar, as metrópoles necessitam de uma mão-de-obra escrava para baratear o custo das riquezas exploradas. No caso da América Central, os índios, verdadeiros donos desta terra, serviam para este fim, igualmente como os negros africanos no Caribe.

A partir do início do século passado, deu-se o processo de independência destes países. Entretanto, os povos continuaram submetidos à miséria imposta pelas famílias poderosas, governos e exércitos de cada país e, por sua vez, entregues ao domínio do nascente imperialismo norte-americano. Contudo, as massas populares sempre tomaram consciência desta exploração e de onde ela vem.

Esgotados todos os meios pacíficos para conseguir ou melhor conquistar seus direitos, o povo organizou-se de todas as formas e ainda militarmente liderados por revolucionários como FARABUNDO MARTÍ (El Salvador), AUGUSTO CÉSAR SANDINO (Nicarágua) e JOSÉ MARTÍ (Cuba), traçam-nos o caminho da luta pela libertação que serve atualmente de exemplo. Mas o exército governamental sempre massacrava o avanço popular, como se isso não bastasse, os E.U.A. invadiram militarmente várias vezes a área para defender seus interesses .

O que se deu na Nicarágua, Cuba, Panamá, Granada, por exemplo. Hoje os E.U.A. militarizam cada vez mais a região, construindo bases militares, aeroportos, como em Honduras Porto Rico, Haiti, Panamá, com armamentos sofisticados, navios de guerra, milhares de soldados e militares, que dirigem e treinam os exércitos para esmagar as conquistas do povo .

Na Nicarágua se consolidou em 19 de Julho de 1979, a revolução que derrubou a ditadura de Somoza, que governou este país com mão de ferro durante 45 anos . O povo nicaraguense sabe ser e sabe o quer, tem saúde e terra e vai defender isto com as armas. A FSLN - Frente Sandinista Para a Libertação Nacional é a VANGUARDA DO POVO .

Os Estados Unidos e a CIA, financiam a contra-revolução, com os mesmos métodos de Somoza. Tem a sua sede em território hondurenho, onde as relações com os dois países se desgastam cada vez mais e até pode desencadear uma guerra a nível Regional, isto poderia ser pretexto de os E.U.A. invadir maciçamente toda a América Central para também lutar contra o povo de El Salvador e Guatemala, mas o movimento revolucionário avança até a vitória final.

Como vemos o povo centro americano luta justamente, pelo respeito aos direitos humanos, onde todos os setores da sociedade se incorporam decididamente, desde igrejas a sindicatos, crianças e velhos.

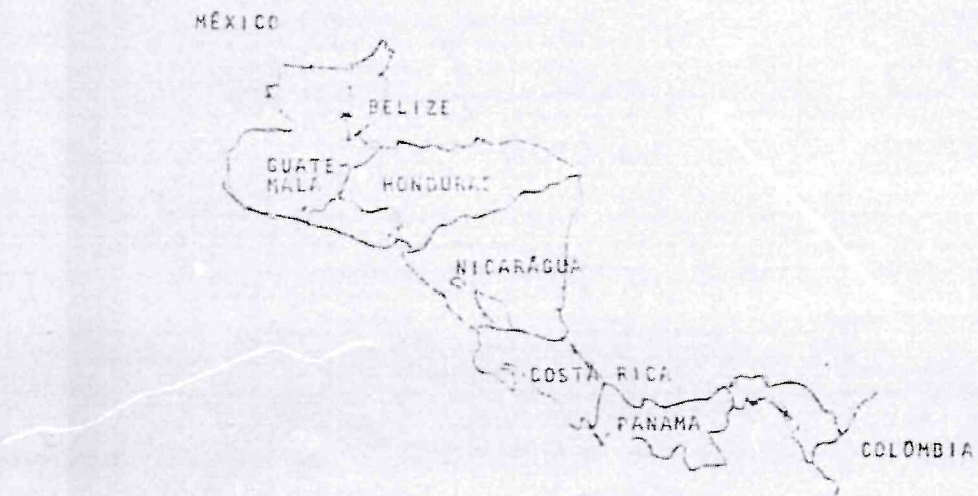
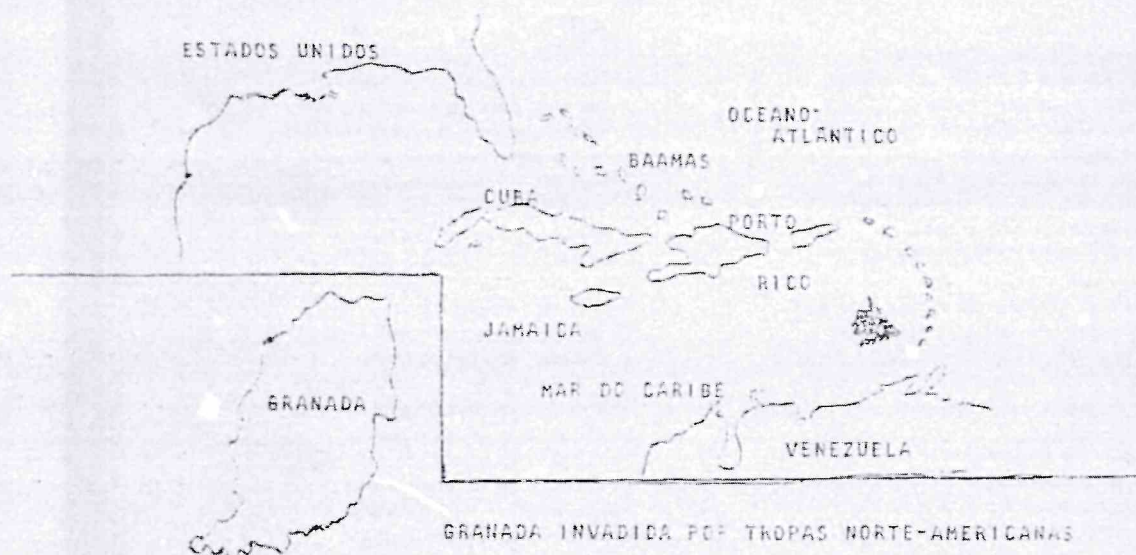
A guerra causa também muita dor. São milhares os desaparecidos e presos políticos (já constam mais de 100 mil assassinados de 1979 a 1984), mais de um milhão de refugiados e a crise económica se agudiza. No Caribe as coisas estão iguais. Porém a vontade de ser livre é essencial, o sangue derramado trará seus frutos.

A solidariedade do povo brasileiro e do mundo, é fundamental. Pois temos o mesmo opressor e a mesma luta. Nossa união garantirá o triunfo. O mundo é da maioria explorada onde cabe a nós realizarmos o processo libertário do terceiro mundo.

GRUPO DE SOLIDARIEDADE DO RECIFE
AOS POVOS DA AMÉRICA CENTRAL
DO CARIBE



MAPAS
DA AMERICA CENTRAL
E CARIBE



Assinado com login e senha por MARCIA REGINA VASCONCELOS MARQUES, em 09/08/2024 10:13. Para verificar a autenticidade acesse

NOSSO POVO CAMINHA DIA A DIA
PRA O TERCEIRO CONFLITO MUNDIAL.

Luiz Antônio

O sofrer está mesmo absoluto
só devido o regime tão cruel!
Mocambique tranquilo com Machel
que comanda das praças de Maputo,
vive o Zaire afogado com Mobuto
que domina diante o capital,
e sandinista passando muito mal
sem querer entregar-se à burguesia.
Nosso povo caminha dia a dia
pra o terceiro conflito mundial.

Os jornais só estão dando cobertura
ao povo do lado da polícia
todo dia se sabe de notícia
de prisão, de horror, crime e tortura
Nicarágua ainda se segura
no trabalho de Ernesto Cardenal
Mas em El Salvador se passa mal,
com as armas que Reagan lhe envia.
Nosso povo caminha dia a dia
pra o terceiro conflito mundial

Esta causa está mais do que séria
a pobreza sofrendo sem ter pão
e o homem que manda na nação
não repara este quadro de miséria;
é andando daqui para a Nigéria,
por Angola, Guiné e Senegal,
e não olha pra nosso pessoal
afogado com tanta carestia.
Nosso povo caminha dia a dia
pra o terceiro conflito mundial.

Quem confia no dia de amanhã
está louco varrido ou é um bobo.
Todo dia se vê na TV Globo
e no canal da TV Itapoã
avisando que o grande Mitterand
grita alto da sua capital,
e Margareth, do lado imperial,
não tomou as Malvinas, mas queria.
Nosso povo caminha dia a dia
pra o terceiro conflito mundial.

16
IN-TO "D" 11
SECRETARIA DE DEFESA
DE BRITÂNIA
16
Todo mundo está sem esperança
de poder desviar-se dessa guerra,
já tem mísseis demais na Inglaterra
assombrando a toda vizinhança.
Reagan manda armamento para a França
e pra toda Alemanha Ocidental,
mas a Rússia encheu o litoral,
botou mísseis do tanto que cabia.
Nosso povo caminha dia a dia
pra o terceiro conflito mundial

Está ruim para o povo brasileiro
só devido este quadro tão sinistro,
todo dia é vôo de um ministro
que viaja daqui pra o estrangeiro.
Dizem que é em busca de dinheiro
só não serve pra nosso pessoal
que com fundo internacional
quem é filho de pobre não se cria.
Nosso povo caminha dia a dia
pra o terceiro conflito mundial.

Fome, sede, inflação, ensino pago
só são estas as notícias que se vê;
e no Chile, Augusto Pinochet
pega o povo e lhe faz maior estrago
mas nas praças da grande Santiago
terno quem organize o pessoal
vai haver tanta queda em general
que o povo da farda desconfia.
Nosso povo caminha dia a dia
pra o terceiro conflito mundial

Acabaram João de Galiléia
aleijaram Manuel de Conceição
mas nós temos um Bruno Maranhão
que demais organiza uma assembleia
Ninguém pode virar a sua idéia
sempre foi para o camponês rural
e Pernambuco possui canavial
como Cuba na guerra possuia.
Nosso povo caminha dia a dia
pra o terceiro conflito mundial.

Todo mundo hoje vive de aventura
sem saber qual será o seu destino
jorra o sangue do povo palestino
e o Brasil nesta onda de amargura,
na política esta bruta ditadura
se elege em Colégio Eleitoral;
sai um lobo, coloca-se um chacal
que não sabe o que é democracia.
Nosso povo caminha dia a dia
pra o terceiro conflito mundial.

ATENÇÃO:

O original deste documento, com 01 folha(s), foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

LEGALIDADE PARA O P.C.B.

Nº 70 "e"



Povo de Mossoró: há mais de 62 anos os comunistas brasileiros fundaram o PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO-PCB, o partido político da classe operária, único implantado nacionalmente e com longa tradição de lutas e vitórias. O PCB já é parte integrante da história brasileira, refletindo em boa parte, os caminhos por ela tomados. Os interesses do imperialismo do latifúndio e do grande capital financeiro jogaram os comunistas, durante 62 anos, na mais profunda clandestinidade, impedindo um desenvolvimento político e ideológico maior da vanguarda e também das grandes massas. Tivemos uma legalidade somente de dois anos. Apesar disso nunca deixamos de estar presentes nas lutas em defesa da democracia, da soberania nacional, dos direitos dos trabalhadores, da reforma agrária, do progresso científico, social e cultural, em defesa da Paz e do socialismo. Lutamos em 35, contra o fascismo, aqui, e nos campos de batalha da Itália, fomos vanguarda na luta pelo monopólio estatal do petróleo, pela industrialização, pela defesa da constituição, e em 61, dentre outras lutas travadas pelo povo brasileiro.

O golpe de 1964 violentou as liberdades democráticas, a cidadania, a soberania nacional, golpeou a classe trabalhadora e a nós, mais profundamente. Perdemos camaradas assassinados nos porões do regime, sofreram torturas, prisões e violências, mas como povo, integrados com ele, estamos de volta à luz, para travar o bom combate. Estamos na luta pela nossa legalidade porque entendemos como indispensável a democracia. O partido legal por que lutamos será o resultado da ação criadora dos comunistas junto a todos os trabalhadores junto à classe operária.

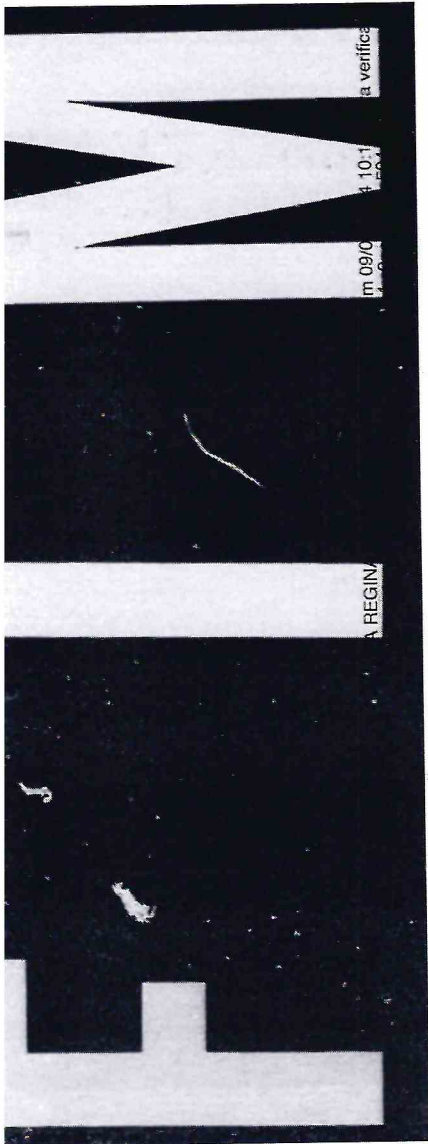
Lutamos pela nossa legalidade porque queremos ser controlados pela sociedade e não vigiados pela polícia, isto é, levaremos nosso programa, nossas idéias a toda a sociedade para debater-las, tendo por base a análise da realidade concreta.

Não haverá democracia, no Brasil, com os comunistas na clandestinidade ou na ilegalidade. Nossa legalidade virá com a conquista da democracia, em nossa Pátria.

Plésis, aos nossos 62 anos de luta, estamos travando a batalha pelas ELEIÇÕES DIRETAS JÁ, o maior movimento popular da história do Brasil, pela ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUENTE livre e soberana e por uma livre Organização Política-Partidária incluída na legalidade do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO.

Mossoró, RN, 22 de maio de 1984.

COMISSÃO MUNICIPAL PELA LEGALIDADE DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - MOSSORÓ.



UERN